



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") - B3: TAEE1, um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, submete à apreciação de V.Sas. o seu Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

TRANSFORMAÇÃO E EXECUÇÃO ESTRATÉGICA POSICIONAM TAESA PARA O FUTURO

Em 2025, a TAESA avançou de forma consistente em sua agenda de transformação, eficiência e crescimento, reforçando sua posição entre as principais transmissoras de energia do país. Em um ambiente macroeconômico ainda desafiador, a Companhia combinou excelência operacional, disciplina na alocação de capital e execução do portfólio de investimentos, com evolução relevante dos resultados regulatórios. Ao longo do ano, lançamos a Estratégia 2035, que orientará nossa atuação com foco em eficiência e inovação, preservação das concessões e crescimento com rentabilidade. Seguimos evoluindo nas iniciativas de transformação organizacional e otimização de processos iniciadas em 2024, com ênfase em segurança, sustentabilidade, cultura e geração de valor para todos os stakeholders. No campo operacional, mantivemos níveis de confiabilidade, com índice de disponibilidade de 99,94%. A Parcela Variável totalizou R\$ 14,9 milhões, redução de 68,3% em relação a 2024, equivalente a 0,53% da Receita de Transmissão, um dos menores patamares da nossa história e abaixo da média da última década. Esse desempenho reforça a robustez da nossa operação e a qualidade da gestão dos ativos. Na expansão, seguimos executando com disciplina nosso portfólio de projetos. Em 2025, entregamos Pitagari e reforços em Novatrans, ambos de forma antecipada, além dos reforços de TSN e São Pedro, adicionando cerca de R\$ 67,2 milhões em RAP. O CAPEX totalizou R\$ 1,8 bilhão, alta de 78,4%, o maior volume de investimentos em obras da história recente da Companhia. Nos últimos cinco anos, investimentos aproximadamente R\$ 6,3 bilhões.

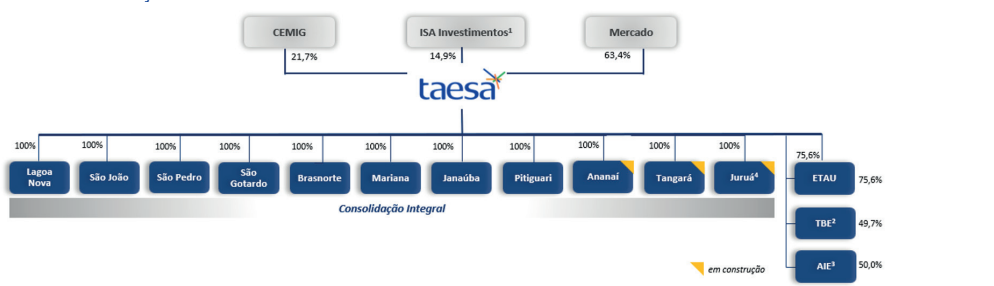
Os resultados regulatórios refletiram essa evolução operacional e financeira. A Receita Líquida Regulatória somou R\$ 2,5 bilhões (+7,9% a/a), e a EBITDA Regulatória atingiu R\$ 2,1 bilhões (+12,5% a/a), maior nível da história da Companhia, com margem EBITDA de 83,7%, enquanto o Lucro Líquido Regulatório alcançou R\$ 1,1 bilhão (+13,4% a/a). No mesmo período, mantivemos disciplina de custos, com crescimento do OPEX regulatório abaixo da inflação, refletindo captura de produtividade e avanços nas frentes de digitalização, automação, tecnologia e inovação. No ciclo RAP 2025-2026, os reajustes foram de +7,0% para concessões de Categoria II e +5,3% para Categoria III. Considerando controladas, controladas em conjunto e coligadas, a RAP autorizada total da TAESA alcançou R\$ 4,4 bilhões, sendo R\$ 4,0 bilhões de RAP operacional, alta de 6,7% frente ao ciclo anterior.

Também seguimos atentos às oportunidades de crescimento. As iniciativas cadastradas pela Companhia no Sistema de Gerenciamento dos Planos de Melhorias e Reforços (SGPMR) resultaram na inclusão de 48 obras e 25 melhorias de reforços no Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica (POTEE) 2025, posteriormente autorizadas pela ANEEL em janeiro de 2026, com CAPEX estimado em mais de R\$ 193 milhões. Nos últimos cinco anos, os reforços adicionaram mais de R\$ 73 milhões em RAP, considerando essa frente como uma importante alavanca de crescimento. Na gestão financeira, mantivemos uma atuação prudente sobre a estrutura de capital e o passivo. Em 2025, concluímos seis emissões de debêntures, incluindo operações enquadradas como Green Bonds, o que contribuiu para alongar o prazo médio da dívida de 4,7 para 5,5 anos, com custo em patamar alinhado ao observado no período anterior. Na visão prospectiva, encerramos o ano com dívida líquida/EBITDA regulatório o mesmo dia que em 2024. Também seguimos comprometidos com uma política consistente de remuneração aos acionistas, sustentada pela previsibilidade do fluxo de caixa do negócio de transmissão e pela solidez financeira da Companhia. Nesse contexto, será submetida à Assembleia Geral, em 29 de abril de 2026, proposta de distribuição de proventos equivalente a 100% do Lucro Líquido Regulatório, observadas as disposições legais e estatutárias. Nosso agenda de sustentabilidade e governança também avançou de forma relevante em 2025. Realizamos o Processo de Dupla Materialidade, alinhado às normas GRI 3 e IFRS S1, e mantivemos a evolução das práticas de riscos, compliance, qualidade, gestão ambiental, segurança, saúde ocupacional e gestão de pessoas. O campo de pessoas foi fortalecido com um ambiente de trabalho seguro, inclusivo e orientado ao desenvolvimento. Fomos certificados, pelo sétimo ano consecutivo, pelo Great Place to Work e passamos a integrar o IDEXSA de B3. Encerramos 2025 com uma Companhia mais eficiente, mais preparada e estrategicamente bem-posicionada para capturar as oportunidades de seu setor em transformação. Com consistência operacional, disciplina financeira e visão de longo prazo, seguimos executando nossa estratégia para transmitir energia com eficiência e qualidade, garantindo segurança e confiança em cada relação, impulsionando o desenvolvimento sustentável para as pessoas e o planeta.

A COMPANHIA

A Taesa é uma concessionária de transmissão de energia, cujo objetivo é implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão de energia elétrica no Brasil e outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica. É um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil em termos de Receita Anual Permitida (RAP), com 14.509 km de linhas de transmissão em operação e 804 km em construção, totalizando 15.313 Km de extensão. Possui ativos em 113 subestações com nível de tensão entre 69kV e 528kV e um Centro de Operação do Sistema (COS) localizado no Rio de Janeiro. A Taesa detém participação em quarenta e quatro concessões de transmissão, 14 concessões na holding TSN, Novatrans, ETEC, Oesa, Patesa, Munirah, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, Sant'Ana, Saira e Miracema), 11 controladas (São Gotardo, Mariana, Janaúba, Brasnorte, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananã, Pitagari, Tangará e Jurua), 4 controladas em conjunto (ETAU, Paraguaçu, Aimorés e Ivaí) e 15 coligadas, sendo, 4 diretas (EATE, ENTE, ETEP e ECTE), 5 indiretas (ESTC, ESUD, Lumitrans, ETSE e ESTE) e 6 com participações direta e indireta (EBTE, EDTE, ERTE, Transudeste, Transleste e Transrape).

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E LOCALIZAÇÃO DAS CONCESSÕES

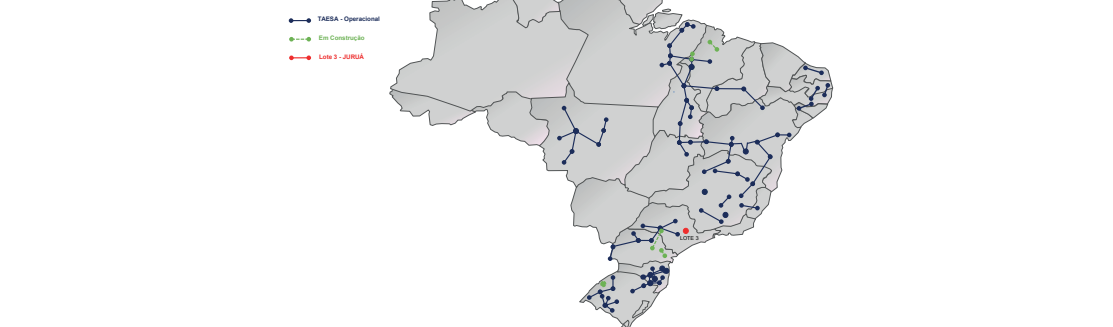


¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² TSE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da parceria dos acionistas majoritários, TAESA e Alupar.

³ ATE - Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico com participação de 50% TAESA e 50% ISA Energia Brasil, responsável por operar e manter 3 empreendimentos, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí.

⁴ Jurua - Lote 3 adquirido no Leilão ANEEL 02/2024, cujo contrato de concessão foi assinado em 09/12/2024.



PROPOSITO E VALORES

Propósito: Transmitimos energia com eficiência e qualidade, garantindo segurança e confiança em cada relação, impulsionando o desenvolvimento sustentável para as pessoas e o planeta. Valores: Segurança em Primeiro Lugar; Construímos Relações de Confiança; Promovemos a Excelência; Cuidamos Genuinamente das Pessoas.

CÓDIGOS E POLÍTICAS

Os códigos e políticas corporativas adotadas pela Taesa expressam seus valores e sua cultura organizacional, balizando a condução dos negócios, bem como a relação com os diferentes públicos com os quais a Companhia interage. Essas documentos são desenvolvidos, revisados e atualizados periodicamente, a fim de assegurar sua compatibilidade com os cenários externo e interno. A Taesa dispõe de um canal de denúncias externo, operado por uma empresa independente, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, com a opção de anonimato e a garantia da confidencialidade das informações e da não retaliação ao denunciante de boa-fé, possibilitando a todos os empregados e público externo a realização de denúncias relacionadas aos temas tratados no Código de Conduta Ética e Compliance e demais políticas do Programa de Integridade. O canal está disponível no intranet, no site institucional e no de relação com investidores e as denúncias realizadas são apuradas e respondidas pela Comissão de Ética da Taesa em até 30 dias.

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO

As empresas do Grupo Taesa, respaldadas pela Alta Direção e por seus colaboradores, manifestam seu compromisso com o Sistema de Gestão Integrado, que contempla Qualidade, Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Gestão de Ativos. Declarando como diretrizes globais da organização o atendimento aos requisitos legais, regulatórios e das partes interessadas, assim como o comprometimento com a excelência e a melhoria contínua, direcionadas à execução dos serviços de implantação, operação e manutenção dos seus ativos. A Taesa, por meio do seu Sistema de Gestão Integrado, conquistou, de uma só vez, a certificação de seus processos em quatro normas ISO: ABNT NBR ISO 9001: 2015 - Gestão da Qualidade, ABNT NBR ISO 14001: 2015 - Gestão Ambiental, ISO 45001:2018 - Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional e ABNT NBR ISO 55001:2014 - Gestão de Ativos. As certificações foram conferidas à Companhia pela ABS-QE, certificadora com acreditação internacional, pelo National Accreditation Board (ANAB), mutuamente reconhecido pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE/INMETRO). No ano de 2025, a Taesa passou pela 2ª manutenção da certificação. Durante a auditoria externa, nenhuma não conformidade foi apontada, confirmando nosso compromisso com a excelência. As certificações trazem novos desafios e cada norma possui um foco distinto: melhorar a confiança e a credibilidade nos serviços prestados aos clientes, gerar práticas sustentáveis que visam mitigar os impactos ambientais causados por nossas atividades no meio ambiente e na comunidade, garantir a segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores através da identificação de riscos e implementação de controles para mitigá-los ou eliminá-los, e gerar valor para os ativos da empresa através da gestão sustentável, otimizando a relação custo, risco e desempenho.

SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Plano integrado às decisões de negócios, a Sustentabilidade constitui um dos pilares estratégicos da Taesa, e orienta sua atuação na busca por um crescimento sustentável, aliado à disciplina financeira e à eficiência operacional. Esse compromisso reforça a geração de valor compartilhado com a sociedade, o respeito ao meio ambiente e contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país, sempre considerando as necessidades das futuras gerações.

A Taesa está na vanguarda da transição energética brasileira e adota, desde 2019, as melhores práticas de mercado em ESG, buscando se consolidar como referência em sustentabilidade no setor de transmissão de energia elétrica. É signatária do Pacto Global da ONU, contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, e aderiu a movimentos como +Mulher 360, Principios de Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), Raça e Prioridade (Pacto Global ONU) e Transparência 100% (Pacto Global ONU), reforçando seu engajamento com a diversidade, a inclusão e a ética. A Companhia participa ativamente de associações, comitês e tratados que refletem seus valores, contribuindo para o fortalecimento da infraestrutura e da indústria brasileira. Essa atuação está ancorada em uma estratégia abrangente de ações ambientais, sociais e de governança, que impactam positivamente todos os seus públicos de relacionamento.

Destacamos e comprometemos ESG:

- Em linha com sua estratégia de sustentabilidade e com seu objetivo de promover a utilização de fontes renováveis de energia, a Companhia elaborou e publicou seu Framework de Finanças Verdes ("Framework") visando financiar e/ou refinanciar total ou parcialmente os ativos, projetos e/ou despesas que possuam impactos ambientais positivos e que estejam alinhados à sua estratégia corporativa e sustentável. A Companhia usará este Framework como um documento mais amplo que viabilizará, captações verdes por meio da emissão de instrumentos financeiros e/ou valores mobiliários no mercado de capitais ou mercado bancário coletivamente referidos como "Instrumentos de Finanças Verdes". Esse Framework é extensivo a subsidiárias, afiliadas e coligadas.
- A Companhia tem convicção de que a emissão de Instrumentos de Finanças Verdes representa uma ferramenta fundamental para viabilizar tais investimentos, solidificando a estratégia e posicionamento da Companhia que prioriza uma economia cada vez mais sustentável e de baixo carbono.
- Desde 2019, a Companhia realizou operações de emissão de debêntures verdes, que são títulos de dívida, emitidos pela Companhia para captar investimentos em projetos ligados aos temas de sustentabilidade, realizando ao todo 11 emissões até o fim de 2025.
- Vale reforçar que os Green Bond Principles (GBP) reconhecem que a transmissão de energia é uma categoria elegível à emissão de títulos verdes, pois observam que o segmento no país contribui para o escoamento e a transmissão de energia renovável no Sistema Interligado Nacional (SIN). Seguem algumas conclusões sobre as emissões de debêntures verdes:
 - Os ativos da Taesa avançaram em implantação trazendo benefícios ambientais, pois sua construção contribui para aumentar a disponibilidade do SIN para energia renovável;
 - Os projetos estão alinhados com a estratégia da Companhia e oferecem benefícios ambientais tangíveis;
 - Os procedimentos para gestão dos recursos captados por meio da debênture foram claramente definidos pela emissora, por meio de um processo documentado e transparente;
 - A Companhia possui uma performance de desempenho confortável nas três dimensões analisadas: Ambiental, Social e de Governança Corporativa (ESG);
 - A Companhia possui práticas ESG confortáveis e know-how técnico de suas atividades;
 - A Companhia não possui histórico de controvérsias ESG relevantes; e
 - A Companhia tem plena capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar eventuais impactos negativos de seus projetos e sustentar as condicionantes que conferem a qualidade de Título Verde à debênture.
- Em linha com sua estratégia de sustentabilidade e resiliência às mudanças do clima, a Taesa desenvolveu o Programa Central de Integridade com o objetivo de centralizar e coordenar as diversas iniciativas relacionadas ao monitoramento e análise de condições climáticas, visando a proteção e a operação eficiente dos ativos de transmissão. A missão do programa é identificar os impactos que esses eventos climáticos podem causar aos ativos e avaliar os riscos, e identificar oportunidades de melhoria nos processos e sistemas referentes ao tema.

O programa também busca realizar benchmarks com empresas do setor e fornecedores, identificando as melhores práticas para a mitigação desses impactos. Através desses estudos, o programa visa direcionar os times para desenvolver projetos internos, que garantam maior resiliência e segurança dos ativos frente às mudanças e variações climáticas. O foco é aprimorar a capacidade preditiva, aumentar a eficiência na resposta a eventos adversos e fortalecer a sustentabilidade da operação de transmissão de energia. Como resultado das avanços na agenda de sustentabilidade e alinhadas ao planejamento estratégico da Companhia, pelo quarto ano consecutivo, a Taesa passou a integrar a carteira do Índice GPTW ("IGPTW") que acompanha as empresas certificadas ou ranqueadas pelo Great Place to Work, da B3 para o ano de 2025.

Diversidade e Inclusão: A Taesa possui desde 2021 o Programa e a Política de Diversidade e inclusão, com diversas iniciativas voltadas ao estabelecimento de diretrizes para o respeito e valorização das diferenças, sejam elas culturais, sociais, religiosas, étnicas e outras. O programa de desenvolvimento através dos pilares: empoderamento feminino, geração 50+, raça e étnia, PCD e LGBTQIAP+.

A Companhia é também signatária do Pacto Global da ONU, contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento (ODS) da Agenda 2030, e aderiu a movimentos como +Mulher 360, Principios de Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) - com a meta de representatividade feminina na liderança em 50% até 2030 - e Raça e Prioridade - com a meta de 30% de pessoas negras, indígenas ou quilombolas em cargos de liderança até 2025 e 50% até 2030 - reforçando seu engajamento com a diversidade, e a inclusão. Com relação a essas metas, a Taesa atingiu, em 2025, 29,90% de mulheres em cargos de liderança e 28,74% de líderes autodeclarados negros ou pardos. A partir de 2025 a Taesa passou a ser incluída no IDEXSA, um índice da B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão) que identifica as empresas que atendem a critérios específicos de diversidade, o que representa um marco relevante de governança e responsabilidade social, reconhecendo que as práticas de diversidade de gênero e raça adotadas pela Companhia estão alinhadas aos padrões mais avançados do mercado brasileiro. Certificação Great Place to Work (GPTW): A Companhia é também signatária do Pacto Global da ONU, contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento (ODS) da Agenda 2030, e aderiu a movimentos como +Mulher 360, Principios de Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) - com a meta de representatividade feminina na liderança em 50% até 2030 - e Raça e Prioridade - com a meta de 30% de pessoas negras, indígenas ou quilombolas em cargos de liderança até 2025 e 50% até 2030 - reforçando seu engajamento com a diversidade, e a inclusão. Com relação a essas metas, a Taesa atingiu, em 2025, 29,90% de mulheres em cargos de liderança e 28,74% de líderes autodeclarados negros ou pardos. A partir de 2025 a Taesa passou a ser incluída no IDEXSA, um índice da B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão) que identifica as empresas que atendem a critérios específicos de diversidade, o que representa um marco relevante de governança e responsabilidade social, reconhecendo que as práticas de diversidade de gênero e raça adotadas pela Companhia estão alinhadas aos padrões mais avançados do mercado brasileiro.

- Conquista do Troféu Transparência 2025, pela ANEEL;
- Prêmio Abraccine. A Brasnorte Transmissora de Energia S.A., investida integral da TAESA, recebeu, em novembro, o prêmio de melhor Demonstração Contábil Regulatória na categoria de pequeno porte.
- Conquista de três troféus no prêmio ANEEL de Inovação;
- Conquista do 8º Prêmio Nacional de Gestão de Ativos Eng. Amaury Reigado, no Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico;
- Conquista do 2º lugar no GRI Infra Awards 2025, na categoria Biodiversidade;
- Reconhecimento pela ANEAC como finalista na segunda edição do Prêmio da Boas Práticas ESG;
- Reconhecimento em São Paulo do Programa Brasileiro GHG Protocol para o Inventário Anual de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEI);
- Reconhecimento como 8º lugar no Prêmio Valor Inovação Brasil, na categoria Energia Elétrica;
- Adesão ao Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU;
- Adesão ao Movimento Raça e Prioridade do Pacto Global da ONU;
- Definição dos temas materiais, a partir da metodologia de dupla materialidade, de acordo com as premissas do EFRAG e GRI;
- Aprimoramento de cláusulas/premissas ambientais e sociais em contratos com fornecedores.

Além disso, em linha com seu compromisso de transparência e boas práticas de governança, a Taesa reforça a divulgação do Relatório Anual de Sustentabilidade passa a ser realizado no mesmo dia da divulgação dos resultados, 17 de março de 2026, garantindo maior tempestividade e acesso equitativo às informações por todos os seus públicos de relacionamento. As demais informações sobre a agenda ESG, iniciativas, políticas e indicadores da Companhia podem ser acessadas no link: <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/visao-geral/#relatorio>.

Responsabilidade Corporativa

Gestão de pessoas A Taesa possui uma Política de Recursos Humanos aplicada a toda a empresa. O processo de desenvolvimento dos colaboradores deve ser compreendido como uma estratégia de negócios e como parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento em talento humano tem como horizonte a longo prazo, a disponibilidade das competências requeridas para prover a liderança dos negócios. Por meio do investimento contínuo no crescimento e desenvolvimento dos colaboradores, eles estarão preparados para criar e oferecer os melhores resultados. A Companhia assegura a todos os seus empregados, de forma ética e transparente, igualdade de chances, respeito à diversidade, possibilidade de desenvolvimento de uma carreira sólida, remuneração compatível com o mercado e benefícios atraentes em um ambiente motivador e desafiador. Atua como facilitadora do fluxo de informações, promovendo a comunicação objetiva e direta, de mão dupla, respeito e respeito e comprometimento. Através da Política de Recursos Humanos, a Taesa reconhece seus colaboradores como seu principal ativo e prioriza o desenvolvimento e a valorização pessoal e profissional de cada um. Por meio de remuneração competitiva e pacote de benefícios atraentes, a Companhia atrai os melhores profissionais do mercado, pessoas apaixonadas pelo que fazem e comprometidas com sua visão de se tornar oficialmente a melhor empresa de transmissão da América Latina em um ambiente dinâmico e desafiador. A Companhia também valoriza o crescimento interno, promovendo colaboradores antes de buscar talentos no mercado externo. Essa prática contribui para a retenção de talentos e fortalece o capital humano da organização, proporcionando oportunidades de crescimento e desenvolvimento de carreira em um ambiente de trabalho diverso e inclusivo. Capacitação - A política de treinamento e desenvolvimento da Taesa tem por objetivo gerar promover e prover ações e estratégias de aprendizagem, que possibilitem aos colaboradores a aquisição e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o seu desenvolvimento profissional, refletindo a valorização do indivíduo e respondendo aos padrões de qualidade e produtividade necessários à estratégia e manutenção do negócio. Em 2025 o total de horas em treinamento foi de aproximadamente 22 mil horas. Ao todo, foram investidos R\$ 659 em incentivos à educação, capacitações e treinamentos dos colaboradores. Remuneração - A política de remuneração tem por objetivo definir e manter critérios equitativos de valorização e desenvolvimento, visando ao equilíbrio interno e externo das suas estruturas de cargos e salários, bem como do seu pacote de benefícios. Os colaboradores possuem uma remuneração variável, observada e alinhada aos resultados das metas globais, por Diretoria e por Gerência, em conjunto com o atendimento das responsabilidades desenhadas para seus cargos. Ativo intelectual - A Taesa reconhece o capital humano como elemento central de seu ativo intelectual, fundamental para sustentar a inovação, a eficiência e a geração de valor no longo prazo. A Companhia identifica e mapeia seus ativos de capital humano por meio da Avaliação de Desempenho (AVD) anual, que permite avaliar entregas, competências e identificar gaps de desenvolvimento. Com base nesses resultados, a área de gestão de recursos humanos desenvolve programas de desenvolvimento, incluindo treinamentos técnicos e programas de estágio. A empresa também oferece incentivo à educação, com subsídio de 50% para cursos de graduação, pós-graduação e formação técnica. A efetividade dessas ações é acompanhada pela comparação do desempenho entre ciclos consecutivos da AVD, permitindo mensurar a evolução e fortalecer continuamente o ativo intelectual baseado em pessoas.

Propriedade Industrial - Marcas e Patentes

A Companhia considera essenciais os ativos de propriedade industrial detidos pelo Grupo Taesa fundamentais para o fortalecimento de sua identidade corporativa, para a proteção de seus processos, tecnologias e para o adequado desempenho de suas atividades operacionais. A identificação, o gerenciamento e a avaliação desses ativos são fundamentais para a geração de valor a longo prazo e para a manutenção da excelência operacional, refletindo os compromissos de integridade e transparência formalizados no Código de Conduta Ética da Companhia. A Companhia possui atualmente uma carteira de 43 ativos de propriedade intelectual em vigor, entre patentes de invenção, registros de programa de computador e modelos de utilidade, vinculados a projetos de PD&I. Destes total, 20 ativos já foram concedidos, sendo 10 patentes de invenção e 10 registros de software.

Um exemplo concreto da capacidade de transformar pesquisa em propriedade intelectual tangível foi o projeto "Análise Semiautônoma com Drones" que, após sua conclusão, resultou no depósito de duas patentes. Adicionalmente, os programas de computador desenvolvidos são protegidos pelas normas de direitos autorais, sendo tratados como ativos valiosos compondo parte do patrimônio de propriedade intelectual da empresa. Diante desse cenário, a Companhia reafirma seu compromisso contínuo com a gestão estratégica e responsável de sua Propriedade Intelectual, assegurando que tais ativos sejam administrados de forma alinhada às melhores práticas de governança, inovação e conformidade regulatória. A proteção eficiente desses direitos, associada ao fortalecimento de programas de PD&I e de inovação, contribui diretamente para a competitividade, a sustentabilidade do negócio e a geração de valor para acionistas, colaboradores, parceiros e toda a sociedade.

Saúde e Segurança do Trabalho

A Companhia nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, considera a Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde um valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura, a fim de contribuir para a segurança e saúde de seus empregados e subcontratados, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. A Companhia adota os seguintes princípios de gestão de segurança, meio ambiente e saúde:

- Prevenção de riscos do trabalho;
- Proteção à saúde e ao meio ambiente;
- Cumprir com as obrigações da Companhia com segurança, continuidade e qualidade;
- Realizar ações respeitando o ambiente e o interesse das partes; e
- Minimizar, na medida do possível, o impacto gerado pelas obras e para o convívio da linha de transmissão com o meio socioambiental na operação das linhas de transmissão.

Responsabilidade Social

A responsabilidade social na Taesa se consolida como um pilar estratégico que orienta a atuação da empresa para além de sua relevância no setor elétrico. A companhia compreende que o desenvolvimento de infraestrutura deve caminhar em paralelo ao desenvolvimento humano, social e ambiental dos territórios onde está inserida. Por isso, adota uma abordagem que valoriza o diálogo com as comunidades, o fortalecimento das capacidades e o apoio a iniciativas capazes de gerar transformação social duradoura. Nesse contexto, a Taesa estrutura suas ações sociais com foco na promoção de oportunidades, na redução de vulnerabilidades e no estímulo à autonomia de populações que vivenciam desafios relacionados à renda, acesso a serviços essenciais, educação, cultura e qualidade de vida. A empresa desenvolve a ação projetos que contribuem para o fortalecimento de redes comunitárias, a valorização de saberes tradicionais e a promoção do bem-estar, atuando tanto por meio de investimentos diretos quanto pelo uso de mecanismos legais, como as Leis de Incentivo.

Abaixo listamos algumas ações da companhia no exercício de 2025:

- Corso de Eletricistas - Foram realizadas duas edições no ano de 2025. Curso de Preparação de Eletricistas em Garanhuns (PE) com turma mista (Homens e Mulheres), com um total de 37 participantes. E uma edição exclusiva para mulheres em Marabá (PA), em parceria com instituições locais.
- Instituto Theresza Tosta - Tivemos junto com o instituto. Doações de notebooks, brinquedos, roupas e palestra sobre sustentabilidade e ação especial no Dia das Crianças;
- Lei de Incentivo - No ano de 2025 foram iniciados muitos projetos que tiveram aportes pela Taesa em anos anteriores: Projeto Educ Esporte, Projeto Agricultores Idosos do Moxotó, Projeto Enquanto a Linha Toca e Projeto Trampolim, promovendo inclusão social, desenvolvimento e fortalecimento comunitário.
- Detalhes completos dos projetos estão no Relatório de Sustentabilidade disponível no link <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/visao-geral/#relatorio>.

Governança Corporativa

A Taesa é uma Companhia listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), que confere às suas ações preferenciais o direito de venda por 100% do valor pago na transferência de controle ("Tag Along") está alinhada com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa do mercado.

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, assessorado por 4 comitês não estatutários (Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos e Comitê de Operações e Negócios), Conselho Fiscal e Diretoria Intelectual, assessorada por 4 comitês não estatutários (Comitê de Gestão, Comitê de Negócios, Comitê de Inovação e Tecnologia e Comitê de Segurança e Meio Ambiente). Conselho de Administração (CA) - Composto por 13 membros efetivos, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Em conformidade com o contrato de adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2, o CA deverá ter no mínimo 20% de conselheiros independentes, identificados como tal na ata que os eleger. Cabe à acionista ISA indicar 4 membros e a acionista CEMIG indicar 5 membros, os demais são eleitos em conformidade com o item 5.3 do Regulamento Nível 2 de Governança Corporativa da B3. Além das competências descritas em lei e no Estatuto Social da Companhia, o CA é responsável: (i) pela orientação geral dos negócios, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções, por meio de comitês específicos, e (iii) por deliberar sobre a participação em concordâncias públicas promovidas pela ANEEL ou por qualquer representante do Poder Concedente com competência para tal.

Comitê de Assessoramento à Diretoria - Os Comitês não têm função executiva e poder de decisão e são compostos por 6 membros, majoritariamente também membros do CA, para assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório da Companhia.

Diretoria Executiva - Os Comitês analisam com profundidade as matérias de sua especialidade e emitem sugestões e pareceres à Diretoria, visando assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório da Companhia.

Diretoria Executiva - A Diretoria Executiva é formada por 06 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, sendo um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Técnico, um Diretor Jurídico e Regulatório, um Diretor de Implantação e um Diretor de Negócios e Gestão de Participações, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 2 anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a acumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte, conforme deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração executiva diária dos negócios e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Inovação por intermédio do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D) do segmento elétrico: O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ("P.D.I.") da Taesa, regulado pela ANEEL, tem como objetivo desenvolver soluções que contribuam com o aprimoramento tecnológico nacional, por meio de relevantes ganhos técnico-científicos que, por sua vez, aperfeiçoam a segurança, qualidade e eficiência da prestação de serviço de transmissão de energia elétrica. O Programa fomenta a busca por inovação pelas empresas de energia elétrica e incentiva o contínuo levantamento de oportunidades frente aos desafios tecnológicos do setor.

Nesse contexto, as empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica devem aplicar anualmente um percentual mínimo de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e nos contratos de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados.

A Companhia atua em consonância à regulamentação do Programa e em parceria com diversas empresas de base tecnológica realiza projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, publicando em seu website <https://ri.taesa.com.br/> todos os projetos em realização bem como os concluídos. No ano de 2025, a Taesa executou 8 projetos destes elencados nos descritores abaixo:

- PP-01730-0059/2020 - Inspeção Semiautônoma com Drone em Torres de Linhas de Transmissão - O drone possui voz semiautônomo utilizando geolocalização e algoritmo embarcado de detecção de equipamentos de torre de transmissão, com imagens capturadas alimentando um banco de dados que auxilia na predição de falhas nos mesmos equipamentos. Com investimentos de R\$2.378.
- PP-01730-7047/2021 - Monitoramento inteligente de torres estações utilizando fusão de sensores baseado em IoT - Aplicação de sensores de células de carga, concentradores de dados e sistema computacional para monitoramento online de tração de cabos de estais de torres de linhas de transmissão de energia elétrica. Com investimentos de R\$942.
- A lista contendo todos os projetos em andamento, finalizados e aprovados pela ANEEL encontra-se disponível no site institucional da Companhia <https://ventures.taesa.com.br/projetos-regulados-pdi/>.
- Complementando o PD&I regulado, a Taesa deu um passo decisivo em sua estratégia de inovação com o lançamento do Taesa Ventures, iniciativa de inovação aberta voltada à conexão com startups, scale-ups e parceiros tecnológicos, que buscam acelerar a incorporação de novas tecnologias ao negócio de transmissão.

O programa foi estruturado em torno de desafios alinhados ao Plano Estratégico da Companhia e ao Plano de Inovação, como foco na promoção da transição energética no Brasil e em impulsionar a Tasa posicionando-se como referência no setor. Na sua primeira e segunda rodadas, a Taesa Ventures divulgou 16 desafios, recebeu 149 propostas e definiu seis territórios estratégicos: Sensoriamento, Robótica, Automação, Confiabilidade, Implantação e Negócios Adjacentes. Por meio de provas de conceito e projetos-piloto em ambiente real, o Taesa Ventures passou a atuar como ponte entre as áreas técnicas da empresa e o ecossistema de inovação, reforçando o posicionamento da Taesa como referência em inovação no setor de transmissão e contribuindo para a modernização e a maior eficiência do sistema elétrico brasileiro.

DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

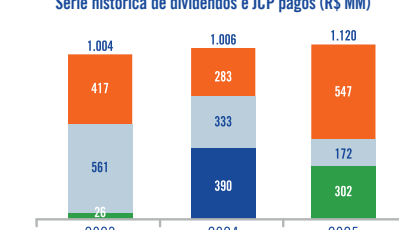
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos De acordo com seu estatuto social, a Taesa deve distribuir um mínimo de 50% do seu Lucro Líquido societário, após a constituição da reserva de incentivo fiscal.

No exercício de 2025, foram pagos o montante de R\$ 1.020.493 a título de dividendos e JCP, sendo:

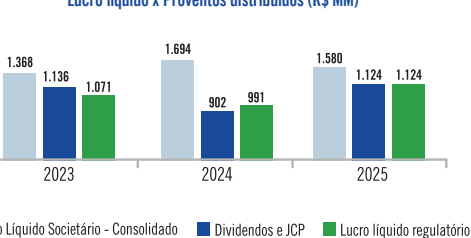
- R\$ 92.692 - dividendos intermediários de 2024;
- R\$ 301.308 - dividendos iniciais obrigatórios remanescentes de 2024;
- R\$ 117.110 - JCP de 2024;
- R\$ 79.194 - dividendos intercalares de 2025; e
- R\$ 429.989 - JCP de 2025;

¹ Descontando o imposto retido na fonte do JCP pago em 2024 no valor de R\$20.666; e ² Considera o valor pago em 2025 de R\$21.673 a título de retenção do imposto de renda retido na fonte sobre os JCP aprovados em 11 de novembro de 2025 e pago em 28 de janeiro de 2026.

Série histórica de dividendos e JCP pagos (R\$ MM)

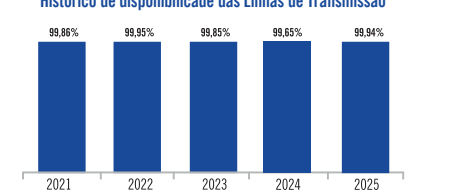


Lucro líquido x Proventos distribuídos (R\$ MM)



Gestão técnica e a disponibilidade das linhas de transmissão Manutencões especializadas em todos os ativos de transmissão, fazem da equipe técnica da Taesa um diferencial competitivo em seus processos operacionais, como resultado de investimentos na capacitação de suas equipes de manutenção e operação, bem como em metodologias para melhorar os resultados das intervenções nas instalações. Destacamos ainda os serviços especiais em Linha Viva, que possibilitam uma efetiva intervenção nos equipamentos sem a necessidade de desligamentos de instalações, contribuindo para o aumento da disponibilidade das subestações e linhas de transmissão. Os planos de manutenção em dia, cooperam para a disponibilidade operacional das linhas de transmissão nos patamares mais elevados de desempenho de forma consistente, contribuindo assim para maior confiabilidade do Sistema Elétrico Interligado Nacional. A Companhia demonstra competência técnica e capacidade de manter a disponibilidade das linhas de transmissão em elevados patamares, atingindo o resultado de 99,93% de disponibilidade em 2025. Abaixo o histórico de disponibilidade das linhas de transmissão:

Histórico de disponibilidade das Linhas de Transmissão



Ciclo	ÍPCA	ÍGP-M
2021 / 2022	8,00%	37,00%
2022 / 2023	11,73%	10,72%
2023 / 2024	3,94%	



Implementação de infraestrutura - O crescimento de 75,5% em 2025 refere-se aos maiores investimentos (CAPEX) nos projetos pré-operacionais Tangará, Ananai e Saira (2ª fase) e dos reforços das concessões São Pedro e ATE III. O referido efeito foi compensado, parcialmente, pelas operacionalizações do Projeto Pitigari e dos reforços das concessões Novatrans e TSN.
Parcela variável - A redução de 68,3% na comparação entre 2025 e 2024 foi em função, principalmente, de eventos de maior impacto ocorridos em 2024, conforme divulgados na época, nas concessões de Janaúba, ETEO, Sant Ana e Novatrans, além da reversão de provisões de anos anteriores no 31/25 nas concessões ATE III, Novatrans e TSN. Estes efeitos foram parcialmente compensados por (i) eventos de maior impacto ocorridos no 12/25 nas concessões de Saira e ATE III, conforme mencionado na época, (ii) aumento dos destitamentos para manutenções programadas, principalmente em Saira em função do destitamento na concessão Garabi (i) para implantação das revitalizações previstas no Edital do Leilão ANEEL 02/2022, e (ii) TSN. Parcela Variável por Atraso (PVA) da energiação do reforço na TSN entregue em setembro de 2025.
Outras receitas - A variação entre os períodos comparados é justificada principalmente pelo reconhecimento pontual da parcela de ajuste e atualização da RAP referente ao resultado do processo fiscalizatório das Revisões Tarifárias Periódicas do ciclo 2023-2024 através dos despachos ANEEL 920 e 1048/2025. Além da contabilização das duas primeiras RAPs parciais de Pitigari e das receitas CDE e Profta na ATE III.
Dedução da receita - O principal impacto da variação está relacionado a: (i) mudança de regime tributário da controlada SPT, (ii) aumento das receitas societárias, e (iii) e ao reconhecimento pontual da parcela de ajuste e atualização da RAP após a conclusão do processo fiscalizatório das Revisões Tarifárias Periódicas do ciclo 2023-2024 através dos despachos 920 e 1048/2025.

	2025	2024	Var.	Var. %
Despesas				
Pessoal	(256.521)	(261.799)	5.278	-2,02%
Materiais	(1.880.069)	(1.054.175)	(825.894)	78,35%
- Implementação de infraestrutura	(1.807.385)	(1.002.375)	(805.010)	80,31%
- O&M	(64.384)	(44.385)	(19.999)	45,06%
- Diversos	(8.300)	(7.415)	(885)	11,94%
Serviços de terceiros	(111.992)	(104.270)	(7.722)	7,41%
Outros	(33.180)	(73.946)	40.766	-55,13%
Subtotal	(2.281.762)	(1.494.190)	(787.572)	52,70%
Depreciação e amortização	(453.258)	(24.720)	(38.538)	155,30%
Outros e despesas	(2.245.920)	(1.518.910)	(627.010)	54,49%

Passivo. A redução de 2% se refere a: (i) reestruturação organizacional no início de 2025, (ii) ajuste no 21/25 de provisão de encargos previdenciários, (iii) maior volume de vagas em aberto durante o ano de 2025, (iv) despesas não-recorrentes no 11/24 de verbas rescisórias, (v) efeito do provisionamento no 41/24 da PLR de 2024, (vi) compensação de créditos de INSS, não recorrente, e (vii) otimização dos custos de Pessoal. Estes efeitos foram compensados em parte pelo acordo coletivo de 2024 (+3,9%), (ii) reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de 2025, em +5,3% (IPCA) (iii) entrada em operação de Pitigari, méritos e promoções.

Materiais. O aumento de 76,8% em 2025 está relacionado a (i) Implementação de infraestrutura: em função de maiores investimentos nas concessões Tangará, Ananai e Saira, além dos reforços das concessões São Pedro e ATE, compreendendo parcialmente pela entrada em operação de Pitigari e dos reforços em Novatrans e TSN; e (ii) Custo de O&M: Variação reflete maiores investimentos em O&M nas concessões Janaúba, TSN, ATE III e Munirals.

Serviços de terceiros. O aumento de 7,4% entre 2025 e 2024 é explicado principalmente por (i) maiores gastos, não recorrentes, com consultorias estratégicas, técnicas e administrativas, e (ii) maiores despesas com T&E. Esses efeitos foram compensados em parte por (i) menores gastos com manutenção de equipamentos, limpeza de fax, energia elétrica e manutenção de estradas de acesso, resultado de iniciativas de eficiência, e (ii) despesas não recorrentes em 2024 em São João no âmbito da compra desta concessão, que já foram ressarcidas.

Outros custos e despesas. A redução de 33,4% em 2025 refere-se a: (i) Constituição de Fundo de Crédito Esperado (FCE) por rescisão de CUSTs; (ii) menores provisões para riscos judiciais; e (iii) efeito positivo de revisão da margem (contrato para custos adicionais de projetos) do empreendimento em construção Saira, (iv) reversões de provisões de anos anteriores. Estes efeitos foram compensados, em parte, por evento não recorrente e baixa de inventário no 4/25.

Depreciação e amortização. O aumento entre 2025 e 2024 se deve, basicamente, pela unitização de ativos.

	2025	2024	Var.	Var. %
Resultado de Equivalência Patrimonial				
ETAO	21.027	52.607	(31.580)	-60,03%
ANIMORCS	46.151	61.136	(14.985)	-24,51%
PARAGUAJU	58.550	96.162	(27.312)	-28,40%
IVAI	83.192	122.116	(38.924)	-31,87%
GRUPO TBE	237.970	332.114	(94.144)	-28,35%
Total	457.190	664.135	(206.945)	-31,16%

O Resultado de Equivalência Patrimonial apresentou redução de 31,2% na comparação com 2024, explicado por (i) queda na Correção Monetária do Ativo Contratual refletindo a retração do macroeconômico entre os períodos IGP-M (-0,10% x 6,33%) e IPCA (4,46% x 4,87%), (ii) reversão de provisão de multa por atraso na entrada em operação de Ival impactando outras despesas operacionais positivamente, além da (iii) reversão de provisão de multa e parcela variável por atraso (PVA) na entrada em operação de Almorés e Paraguaju, (iv) aumento do CDI impactando as despesas financeiras na TBE e novas emissões de dívidas na Almorés e Paraguaju em 2025, compensados por (v) menores impostos com destaque para os diferidos.

	2025	2024	Var.	Var. %
Resultado Financeiro				
Rendimentos de aplicações financeiras	120.123	91.251	28.872	31,6%
Outras receitas financeiras	14.129	11.859	2.270	19,1%
Receitas financeiras	134.252	103.110	31.142	30,2%
Juros incorridos	(909.026)	(766.970)	(142.056)	18,5%
Variação monetária	(259.463)	(294.049)	34.586	-11,8%
Variação cambial	(3.873)	13.040	(16.913)	-129,7%
Subtotal despesas financeiras	(1.172.362)	(1.047.979)	(124.383)	11,9%
Outras despesas financeiras - liquidações de Receita	802	(55.778)	56.580	-101,4%
Despesa financeira - arrendamento	(101)	(202)	101	-50,0%
Despesa financeira	(1.171.661)	(1.103.959)	(67.702)	-101,3%
Resultado financeiro	(1.037.409)	(1.000.849)	(36.560)	3,7%

Receitas financeiras. O aumento de 31,6% em relação a 2024 foi motivado principalmente pelo maior volume médio de caixa aplicado entre os anos comparados e do aumento do CDI (+14,26% em 2025 x +10,83% em 2024) e maior volume médio de caixa aplicado entre os anos.
Juros incorridos - O aumento de 18,5% entre 2025 e 2024 nesta linha é explicado pela alta do CDI e aumento do volume médio da dívida em função das captações em 2025 (17ª, 18ª e 20ª emissões de debêntures da TAESA).

Variação monetária - Alívio na variação monetária, impulsionado pela desaceleração do IPCA e IGP-M em 2025;
Variação Cambial - A piora entre 2025 e 2024 na linha de variação cambial se deve a menor exposição ao câmbio (menor saldo em aberto) e menor variação cambial do NDF (Non-Deliverable Forward) na compra de equipamentos em moeda estrangeira em Saira e Juruá, entre os períodos comparados;
Outras despesas financeiras - Redução na comparação entre os exercícios 2025 x 2024, explicada, principalmente, pelos efeitos de eventos em 2024, (i) variação monetária líquida de ativos e passivos regulatórios pelo ajuste extemporâneo referente ao cálculo de antecipação e pela contabilização da parcela de ajuste de retributividade, (ii) PIS/COFINS sobre os valores recebidos das empresas Janaúba, Ival, Almorés e Paraguaju; e (iii) acréscimo das despesas bancárias decorrente, principalmente, dos serviços de escrituração de ações e de outros valores mobiliários. Além dos ganhos com juros SELIC sobre compensações de tributos em 2025.

	2025	2024	Var.	Var. %
Impostos e contribuições sociais				
IRPJ e CSLL correntes	(27.005)	(34.837)	7.832	-22,5%
IRPJ e CSLL diferidos	(92.006)	(133.762)	41.756	-31,2%
	(119.011)	(168.599)	49.588	-28,4%

A redução do Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecido no resultado entre 2025 e 2024 é explicada basicamente por: (i) redução do lucro antes dos impostos e do resultado de equivalência patrimonial, (ii) deduções de Juros sobre Capital Próprio (JCP) distribuídos, (iii) efeito das empresas de lucro presumido devido ao maior aproveitamento do benefício SUDAM/SUDENE. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento da despesa tributária na São Pedro decorrente do recálculo dos impostos diferidos em função da mudança do regime tributário do lucro presumido para o lucro real.

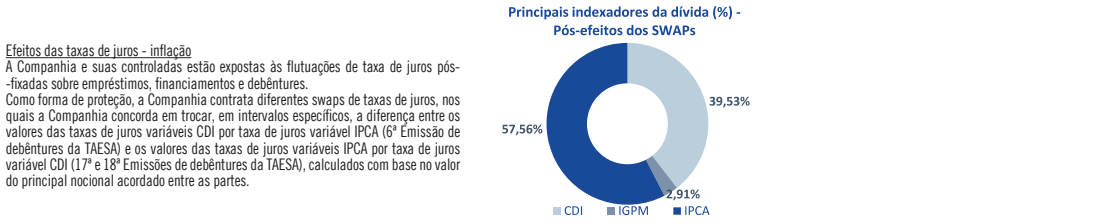
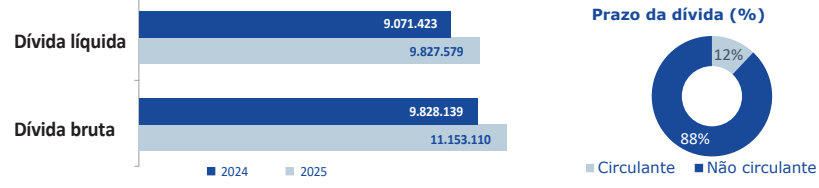
	2025	2024	Var	Var (%)
EBITDA ajustado x EBITDA padrão				
Receita operacional líquida	4.624.113	3.718.138	905.975	24,37%
EBITDA ajustado	2.342.351	2.223.948	118.403	5,32%
Margem EBITDA - ajustado	50,6%	59,1%	-8,1%	pp
Reconciliação do EBITDA - ajustado				
Lucro do exercício	1.579.863	1.693.915	(114.052)	-6,73%
Equivalência Patrimonial	(457.190)	(664.135)	206.945	-31,16%
Resultado financeiro	1.037.409	1.000.849	36.560	3,65%
Imposto de renda e contribuição social	119.011	168.599	(49.588)	-29,41%
Depreciação	63.258	24.720	38.538	155,90%
EBITDA - ajustado	2.342.351	2.223.948	118.403	5,32%

	2025	2024	Var	Var (%)
Receita operacional líquida	4.624.113	3.718.138	905.975	24,37%
EBITDA padrão	2.799.541	2.888.083	(88.542)	-3,07%
Margem EBITDA - padrão	60,5%	77,8%	-17,1%	pp
Reconciliação do EBITDA				
Lucro do exercício	1.579.863	1.693.915	(114.052)	-6,73%
Resultado financeiro	1.037.409	1.000.849	36.560	3,65%
Imposto de renda e contribuição social	119.011	168.599	(49.588)	-29,41%
Depreciação	63.258	24.720	38.538	155,90%
EBITDA padrão	2.799.541	2.888.083	(88.542)	-3,07%

EBITDA padrão - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O **EBITDA** padrão não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as **IFRS** não representam um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é indicador de desempenho. O **EBITDA** padrão apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Resolução CVM nº 156 de 24 de junho de 2012, estabelece a divulgação voluntária do cálculo do **EBITDA** padrão.
EBITDA ajustado - É o **EBITDA** padrão somado ao valor da equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o **EBITDA** ajustado é conservador em relação ao **EBITDA** padrão, pois não considera o resultado de equivalência patrimonial de suas investidas.

	2025	2024
Endividamento		
Circulante	1.340.342	1.482.103
Não circulante	9.812.768	8.346.036
Dívida bruta	11.153.110	9.828.139
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(1.325.531)	(756.716)
Dívida líquida	9.827.579	9.071.423
Dívida líquida/EBITDA padrão	3,51	3,14
Dívida líquida/EBITDA ajustado	4,20	4,08

Dívida Líquida - Não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as **IFRS** não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias e também, não é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A Dívida Líquida representa o somatório de Empréstimos e Financiamentos, Instrumentos Financeiros Derivativos e Debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante, menos o Caixa e Equivalente de Caixa e os Títulos e Valores Mobiliários. A Dívida Líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.



MERCADO DE CAPITAIS
Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 14,4 bilhões (R\$ 11,3 bilhões em 31 de dezembro de 2024).
Desempenho da *Unit TAECII11*



O preço das ações utilizado neste gráfico é o preço ajustado, que considera proventos e eventos societários para refletir com maior precisão o desempenho real do investimento ao longo do tempo.

Rating. Em 2025, a Companhia teve seus ratings aprimorados em escala nacional pelas agências Fitch Ratings ("Fitch") e Moody's Local Brasil ("Moody's"). Em 10 de setembro de 2025, a Moody's afirmou novamente os Ratings em escala nacional em "AA- (br)" com alteração na perspectiva de negativa para estável. Em 04 de dezembro de 2025, a Fitch afirmou novamente os Ratings em escala nacional a Taesa, sem alteração da perspectiva, que continua em estável. As agências Moody's e Fitch monitoram o risco de crédito da Taesa, mantendo atribuição da maior nota na classificação de rating na escala nacional a Companhia, refletindo uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa comprovado por sólidos indicadores de crédito e liquidez.

Agência	Rating escala nacional	Perspectiva
Moody's	AA-(br)	Estável
Fitch	AA-(br)	Estável

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES
A *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes* LDA presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia e suas controladas desde abril de 2022. A Companhia contratou a Deloitte para prestação de serviços de auditoria independente por cinco anos consecutivos, reajustado pelo IPCA. O montante referente aos serviços de auditoria independente no exercício de 2025 foi de R\$2.098. As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

CVM - B3
A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Balanço Social Anual - 2025 e 2024 - Informações Consolidadas						
	2025		2024			
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)	4.624.113		3.718.138			
Resultado operacional (RO)	2.279.093		2.199.228			
Folha de pagamento bruta (FPB)	256.521		261.799			
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	11.262	4,39%	0,24%	10.884	4,16%	0,29%
Encargos sociais compulsórios	48.831	19,04%	1,06%	50.018	19,11%	1,35%
Previdência privada	4.615	1,80%	0,10%	4.428	1,69%	0,12%
Saúde	14.569	5,68%	0,32%	13.682	5,23%	0,37%
Segurança e saúde no trabalho	481	0,19%	0,01%	425	0,16%	0,01%
Educação	148	0,06%	0,00%	58	0,02%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.396	0,54%	0,03%	1.540	0,59%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	917	0,36%	0,02%	1.059	0,40%	0,03%
Auxílio cuidados especiais	161	0,06%	0,01%	115	0,04%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	40.763	15,89%	0,88%	46.005	17,57%	1,24%
Outros	400	0,16%	0,01%	607	0,23%	0,02%
Total - Indicadores sociais internos	123.543	48,16%	2,67%	128.821	49,21%	3,46%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	56	0,00%	0,00%	395	0,02%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	56	0,00%	0,00%	395	0,02%	0,01%
Tributos (excluídos encargos sociais)	571.655	25,08%	12,36%	546.586	24,85%	14,70%
Total - Indicadores sociais externos	571.711	25,09%	12,36%	546.981	24,87%	14,71%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	3.998	0,18%	0,09%	6.831	0,31%	0,18%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	18.882	0,83%	0,41%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	22.880	1,00%	0,49%	6.831	0,31%	0,18%

Quando o estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:

() não possui metas () não possui metas
() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 0 a 50%
() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 51 a 75%
(x) cumpre de 76 a 100% (x) cumpre de 76 a 100%

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Consolidado	Controladora			
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos					
Ativos circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	4	741.596	750.976	681.498	607.653
Títulos e valores mobiliários	5	544.150	-	381.785	-
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	262.410	233.266	208.164	182.205
Ativo de contrato de concessão	7	1.701.687	1.477.218	1.155.967	1.



Demonstração do valor adicionado para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Receita de contrato com cliente	23	5.035.537	4.053.729	2.529.867
Perdas de crédito esperadas	6	(14.047)	(43.887)	(11.746)
		5.021.490	4.009.842	2.518.121
				2.438.927
Insumos adquiridos de terceiros				
(Incluem os valores dos serviços ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.992.061)	(1.158.445)	(539.320)
Despesas gerais, administrativas e outros		(15.173)	(26.041)	(32.856)
		(2.007.234)	(1.184.486)	(572.176)
		3.014.256	2.825.356	1.945.945
		(65.238)	(74.770)	(63.160)
		2.950.988	2.800.636	1.882.785
				1.955.471
Valor adicionado bruto				
Depreciação e amortização	22	457.190	664.135	1.069.126
Resultado de equivalência patrimonial	12	134.252	103.110	96.480
Receitas financeiras	23	591.442	763.025	1.283.338
		1.183.484	1.430.270	2.449.944
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia				
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	12	457.190	664.135	1.069.126
Receitas financeiras	23	134.252	103.110	96.480
		591.442	763.025	1.283.338
		1.048.632	1.430.270	2.449.944
Distribuição do valor adicionado				
Personal				
Remuneração direta	22	132.990	126.159	97.637
Bônus	22	74.701	85.622	68.443
FGTS		11.570	11.640	10.511
		219.261	223.421	176.591
Impostos, taxas e contribuições				
Federais (incluem as taxas regulamentares da ANEEL)		567.405	543.570	234.972
Estaduais		1.852	1.068	1.324
Municipais		2.338	1.948	1.468
		571.655	546.586	238.059
Remuneração de capitais de terceiros				
Encargos de dívidas e variação monetária e cambial, líquidos	23	1.111.011	1.156.920	1.045.385
Instrumentos financeiros derivativos	23	61.351	(108.941)	58.049
Arrendamentos	23	101	202	101
Outros	23	(802)	55.778	(6.524)
		1.171.661	1.103.959	1.053.878
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio declarados	17	552.889	400.866	552.889
Dividendos intercalares declarados	17	258.080	197.774	258.080
Dividendos adicionais propostos	17	260.226	-	260.226
Reserva de lucros a repositar	17	444.445	783.458	783.458
Reserva de incentivo fiscal	17	13.447	10.310	10.310
Dividendos mínimos obrigatórios remanescentes	17	52.876	301.507	32.876
		1.579.863	1.693.915	1.579.863
		3.542.440	3.567.881	3.048.391
				3.238.606

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - TAESA
CNPJ/MF 07.859.971/0001-30

Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	15,79	1.693,915	1.579,863	1.693,915
Ajustes para:				
Resultado de equivalência patrimonial	12	(457,190)	(664,135)	(1.069,126)
Depreciação e amortização	16	632,528	247,220	63,161
Provisões para riscos judiciais	15,1 e 23	11,432	12,641	5,794
Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	15,2 e 23	(38,389)	115,043	(41,947)
Juros e variação monetária sobre debêntures	15,2 e 23	1.149,400	1.041,877	1.044,199
Perda (Ganho) com instrumentos financeiros derivativos	19 e 23	61,351	(108,941)	58,049
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	27,005	34,857	8,713
Perdas de créditos esperadas	24	(2,298)	159,523	(52,653)
Tributos indiretos diferidos	21	137,972	76,099	15,431
Custo de implementação de infraestrutura	21 e 22	1.781,309	1.002,375	383,756
Remuneração do ativo de contrato de concessão	7 e 21	(1,178,753)	(1,144,631)	(792,772)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	7 e 21	(399,502)	(540,872)	(144,530)
Perdas de créditos esperadas	7 e 21	(2,298)	(1,309,651)	(459,479)
Receita de aplicação financeira	10	(10,623)	(1,125)	(3,092)
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	10	(10,190)	(9,936)	(9,566)
Despesa de atualização monetária de provisões para riscos judiciais	16	13,539	15,286	7,555
(Reversal) provisão para parcela variável	6	(11,546)	7,276	(11,355)
Perdas de créditos esperadas	2	14,047	43,887	11,746
Provisão para custos adicionais de projetos	6	21,936	-	21,936
Outros		(188)	230	(188)
		547,419	472,617	575,195
				467,837
(Aumento) redução de ativos				
Contas a receber de concessionárias e permissionárias e do ativo de contrato de concessão		1.624,327	1.537,006	1.157,947
Imposto de renda e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		169,691	40,551	144,371
Outros créditos		(17,874)	4,165	(42,107)
				1.081,993
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores		(1,692,803)	(975,240)	(325,254)
Taxas regulamentares		8,357	(6,006)	6,504
Outras contas a pagar		(51,257)	43,168	(51,502)
Dividendos recebidos de controladas		-	-	243,801
Dividendos recebidos de controladas em conjunto e coligadas		13	988,179	527,065
				2.089,229
				1.554,638
				1.583,326
				2.675,134
				2.091,123
				(29,353)
				1.531,430
				1.540,337
				2.674,182
				2.061,710
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social pagos				
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
(Aumento) Redução no saldo de títulos e valores mobiliários				
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa				
Aumento de capital nas controladas				
Caixa líquido incorporado				
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	15,1	(379,234)	(3,631)	(375,602)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	15,1	(24,334)	(29,075)	(21,105)
Emissão de debêntures, líquido de custos de transação	15,2	2.293,319	1.682,590	2.293,319
Pagamento de debêntures - principal	15,2	(1,056,238)	(2,008,980)	(1,016,869)
Pagamento de debêntures - juros	15,2	(766,855)	(659,523)	(713,131)
Pagamento de garantias de arrendamento	13	(1,020,493)	(1,161,818)	(978)
Pagamento de dividendos e JCP	13	(1,020,493)	(1,006,548)	(1,020,493)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	19	27,689	8,308	27,807
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		(978,244)	(2,058,171)	(879,238)
Fluxo de caixa das atividades de caixa				
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	(6,380)	(555,145)	73,845
Aumento de capital nas controladas	4	741,596	750,976	681,498
Caixa líquido incorporado				607,653
				(3,380)
				(555,145)
				73,845
				(535,714)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Av. das Américas, 2.480, bloco 6, sala 201, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social: "Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN. Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento e construção das instalações relativas ao projeto; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico; • Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregadas; • Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de joint-ventures e desenvolver qualquer outra atividade zonal, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para obtenção do objeto social; • Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou colista; e • Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa. Controladoras - Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. A Taesa detém participação em quarenta e quatro concessões de transmissão: Concessões na Taesa (Controladora): TSN, NVE, ETEP, GTE, PAT, MUN, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, SAN, SIT e MR. Controladas: SGT, MAR, JAN, BRAS, SIT, SPT, LNT, ANT, FIG, TNG e JUTR. Controladas em conjunto: ETAL, Aimorés, Paraguaçu e Iva. Coligadas: (a) com participação direta: EAIE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta: STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE; e (c) com participação direta e indireta: EBTE, ERTE, EDTE, Transleste, Transirapé e Transudeste. As coligadas são denominadas, em conjunto, "Grupo Tbes". As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aquelas aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores e são domiciliadas no Brasil com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (SGT, MAR, JAN, ETAL, BRAS, SIT, SPT, LNT, ANT, FIG, TNG, Aimorés, Paraguaçu e JUTR), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (Iva, ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EAIE, ENTE, ESDE, ESTE e EDE) e Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé). A principal atividade das empresas em que a Companhia tem participação é a transmissão de energia elétrica. Elas são responsáveis pela implementação, operação e manutenção das instalações da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN) durante um período de 30 anos.

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta

Concessão	Aquisição (*)	Constituição (**)	Contrato de concessão	Início Término	Participação	Localidade	Revisão tarifária periódica (RTP)		Km (a) (não auditado)	SE (b)
							Prazo (anos)	Próxima		
Taesa Holding										
TSN	06/06/2006 (*)	20/12/2000	20/12/2030	100%	BA e GO	5	(c)	01/07/2029	1.140	8
Novitrans "NVT"	06/06/2006 (*)	20/12/2000	20/12/2030	100%	DF, GO, MA e TO	5	(c)	01/07/2029	1.278	6
Munirah "MUN"	06/06/2006 (*)	18/02/2004	18/02/2034	100%	BA	5	(c)	01/07/2029	106	2
Gtesa "GTE"	30/11/2007 (*)	21/01/2002	21/01/2032	100%	PB e PE	5	(c)	01/07/2029	52	3
Patesa "PAT"	30/11/2007 (*)	11/12/2002	11/12/2032	100%	RN	5	(c)	01/07/2029	164	5
ETED	30/05/2008 (*)	12/05/2000	12/05/2030	100%	SP	5	(c)	01/07/2029	505	3
STE	30/11/2011 (*)	19/12/2002	19/12/2032	100%	RJ	5	(c)	01/07/2029	390	5
ATE	30/11/2011 (*)	18/02/2004	18/02/2034	100%	PR e SP	5	(c)	01/07/2029	370	3
ATE II	30/11/2011 (*)	15/03/2005	15/03/2035	100%	BA, PI e TO	5	(c)	01/07/2029	942	4
NTE	30/11/2011 (*)	21/01/2002	21/01/2032	100%	PB, PE e AL	5	(c)	01/07/2029	383	4
ATE III	30/11/2011 (*)	27/04/2006	27/04/2036	100%	PA e TO	5	(c)	01/07/2029	454	4
Sant'Ana "SAN"	11/01/2019 (**)	22/03/2019	22/03/2049	100%	RS	5	(c)	01/07/2029	558	6
Saira "SIT"	21/02/2022 (***)	30/03/2023	30/03/2053	100%	SC e RS	5	(c)	01/07/2028	743	4
Miracema "MIR" (d)	26/04/2016 (***)	27/06/2016	27/06/2046	100%	TO	5	(c)	01/07/2026	90	3
Controladas										
São Otário Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	12/06/2012 (**)	27/08/2012	27/08/2042	100%	MG	5	(c)	01/07/2028	n/a	1
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR")	18/12/2013 (**)	02/05/2014	02/05/2044	100%	MG	5	(c)	01/07/2029	82	2
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN")	09/11/2016 (***)	10/10/2047	10/10/2047	100%	MG e BA	5	(c)	01/07/2027	545	3
Brasneto Transmissora de Energia S.A. ("BRAS")	07/12/2007 (***)	17/03/2008	17/03/2038	100%	MT	5	(c)	01/07/2028	402	4
São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT")	14/02/2020 (*)	01/08/2013	01/08/2043	100%	PI	5	(c)	01/07/2029	413	2
São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT")	14/02/2020 (*)	09/10/2013	09/10/2043	100%	BA e PI	5	(c)	01/07/2029	494	6
Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT")	13/03/2020 (*)	11/08/2017	11/08/2047	100%	RN	5	(c)	01/07/2028	28	2
Ananal Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("ANT")	12/05/2021 (***)	31/03/2022	31/03/2052	100%	SP e PR	5	(c)	01/07/2027	363	4
Pituiçu Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("PTG")	21/02/2022 (***)	30/09/2022	30/09/2052	100%	SC	5	(c)	01/07/2028	93	3
Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("TNG")	12/05/2021 (***)	30/03/2023	30/03/2053	100%						



Movimentação da PV		31/12/2024		Adição		Reversão		Descontos		31/12/2025	
Consolidado		(20.208)		(17.613)		4.052		25.107		(8.662)	
Controladora		(19.464)		(15.777)		4.033		23.099		(8.109)	
Movimentação da PCE		31/12/2024		Adição		Reversão		Descontos		31/12/2025	
Consolidado		(12.932)		(50.793)		3.977		39.540		(20.208)	
Controladora		(12.121)		(30.950)		3.436		20.357		(18.6)	
Movimentação da PCE		31/12/2023		Adição		Reversão		Descontos		31/12/2024	
Consolidado				(43.887)		(14.047)		4.768		(53.156)	
Controladora				(36.256)		(11.746)		3.991		(44.011)	
Movimentação da PCE		31/12/2023		Adição		Reversão		Descontos		31/12/2024	
Consolidado								(43.887)		(43.887)	
Controladora								(36.256)		(36.256)	

6.4 Principais características dos contratos de concessão: RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (TSN, GTEA, PATEA, MURAH, NOVATANS, ETEO, ECTAU, ATE, ATE II, STE, EATE, ETEP, ENTE, ECTE, ERTIE, LUMITRANS, TRANSDESTE, TRANSELE, TRANSPARE e NTE) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (ATE III, MIR, SAN, SPT, SAN, SGT, MAR, JAN, BRAS, SPT, SPT, UNT, ANTI, PTG, TNG, JUR, Paraguaçu, Almorós, STC, EBTE, ESSE, ESTE, Ival, ETEI). Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura, reajustado e revisado anualmente. No 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura da transmissora (TSN, NVT, GTEA, NTE, STE, PATEA, MURAH, ETEO, ATE, ATE II, ETEP, EATE, ERTIE, ENTE, ECTAU, STC, ECTE, LUMITRANS, TRANSELE, TRANSDESTE e TRANSPARE) terá redução de 50% estendendo-se, desta forma, até o término da concessão. No caso das concessões detidas pelas empresas MIR, SAN, BRAS, SGT, MAR, JAN, SPT, SPT, SNT, LNT, ANTI, PTG, TNG, JUR, Paraguaçu, Almorós, Ival, ETEI, EBTE, ESSE, ESTE e ECTE, bem como dos reforços nas linhas de transmissão realizados após o ano 2008, não há decréscimo do faturamento no 16º ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão. Para concessão SPT, considerando-se tratar de um empreendimento que envolveu a aquisição de ativos em operação comercial e, por conseguinte, a implementação de novos ativos e revitalizações nas Concessões Garabá I e II, o recebimento da RAP foi dividido em formato de quadrantes ao longo dos 30 (trinta) anos de vigência do contrato de concessão (1º ao 5º ano da RAP, 6º ao 10º ano da RAP e 11º ao 30º ano da RAP, Parcela variável). As receitas de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estarão sujeitas a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% (no caso específico da ECTE, 25%) da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL, nos termos da Resolução nº 346, de 11 de junho de 2019, no valor máximo por infração ocorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do Contrato de Concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se ao Poder Concedente, a seu exclusivo critério, prorrogar o contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, observadas as condições previstas nos contratos de concessão e na legislação e regulamentação vigentes, em caso de rescisão do empreendimento em fim de vigência, serão indenizados pela vendadora de conformar a antiga transmissora, nos termos do Edital da Licitação a ser editado pela ANEEL. Reversão - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora. Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ativos de controle de transmissão e levá-lo à licitação pública. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. As controladoras serão transferidas do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações. Estrutura de formação da RAP - As concessões das linhas de transmissão de energia em operação são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma taxa definida pela ANEEL, tabela abaixo detalha os valores das RAPs ativas, exceto para os projetos principais em construção.

Concessão	Ciclo 2025-2026						Ciclo 2024-2025						Ciclo 2023-2024					
	Resolução 3.481 de 15/07/2025			Resolução 3.348 de 18/07/2025			Resolução 3.216 de 04/07/2023			Resolução 3.481 de 15/07/2025			Resolução 3.348 de 18/07/2025			Resolução 3.216 de 04/07/2023		
	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2026	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2025	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2025	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2023	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2026	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2025	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2025	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2023	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2026	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2025	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2023		
TSN	510.318	(27.293)	483.025	478.336	(27.060)	451.276	484.062	(485)	483.577									
GTE	9.138	(334)	8.804	8.538	(366)	8.172	8.519	(185)	8.334									
MUN	35.121	993	36.114	31.502	(1.329)	30.173	31.609	(486)	31.123									
PAT	28.520	(689)	27.831	26.099	(2.005)	24.094	26.371	1.467	27.838									
ETEO	162.887	(4.965)	157.922	152.272	(5.906)	146.366	152.742	(3.218)	149.524									
NVT	549.715	(43.828)	505.887	471.472	(59.659)	411.813	511.481	(11.548)	499.933									
STE	79.252	(2.983)	76.269	74.111	(3.884)	70.227	73.623	(1.307)	72.316									
NTE	142.307	(5.347)	136.960	132.964	(5.961)	127.003	133.625	(2.288)	131.337									
ATE	137.811	(4.770)	133.041	128.801	(5.629)	123.172	129.178	(3.510)	125.208									
ATE II	215.867	(7.800)	208.067	201.746	(9.124)	192.622	202.320	(5.546)	196.774									
ATE III	103.787	(3.502)	100.285	98.504	(4.993)	93.511	95.267	(4.375)	90.892									
SANP	93.047	(2.936)	90.111	88.347	1.148	89.495	80.850	(2.677)	78.113									
SIT ²	191.732	(8.493)	183.239	182.047	(8.275)	173.772	164.217	20.988	185.735									
SGT ²	7.895	(2)	7.893	7.496	11	7.507	7.195	(2)	7.193									
BRAS ²	42.250	(2.692)	39.558	40.128	(272)	39.856	37.003	(778)	36.225									
MAR ²	23.935	(250)	23.685	22.725	(313)	22.412	21.399	(721)	20.678									
MIR ²	104.249	(3.043)	101.206	98.983	(4.385)	94.598	95.369	(1.927)	93.444									
SPT ²	83.995	1.923	85.918	78.504	(739)	77.765	69.826	(2.357)	67.469									
SIT ¹	70.532	(2.453)	68.079	66.969	(2.845)	64.124	64.907	(1.454)	63.453									
LNT ²	17.707	(865)	16.842	16.813	(1.415)	15.398	16.741	(648)	16.093									
JANP	293.046	(10.410)	282.636	278.245	(11.023)	267.222	267.733	(8.983)	258.750									
ANT ²	171.140	-	171.140	162.496	-	162.496	156.357	-	156.357									
TNG ²	108.257	-	108.257	102.789	-	102.789	98.447	-	98.447									
PTG ²	23.413	(106)	23.307	22.201	-	22.201	21.362	-	21.362									
JUTR	19.582	-	19.582	18.408	-	18.408	-	-	-									
	3.225.503	(129.845)	3.095.658	2.990.492	(154.024)	2.836.472	2.950.243	(30.530)	2.919.713									

¹Parcela de Ajuste. ²Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS para os três ciclos. ³Empreendimento em operação comercial, com projeto de revitalização em andamento. RAP ativa de R\$137.472 no ciclo 2025-2026. Projeto principal em construção. A Resolução Homologatória nº 3.481/2025 estabeleceu as RAPs das transmissoras para o ciclo 2025-2026 e as Parcelas de Ajuste de Vida Útil (PAVU) e Parcela de Ajuste de Retroatividade (PARA RETRO). A PAVU é calculada quando a Transmissora possui ativo cuja vida útil termina até a sua próxima Revisão Periódica. Cada módulo nessa condição deixa de auferir o Custo Anual dos Ativos Elétricos-CAAE e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis-CAIMI como parte da RAP, passando a receber essas componentes como Parcela de Ajuste de Vida Útil. Conforme estabelecido nas Regras de Transmissão, a receita revisada de reforços autorizados retroagir à data entrada em operação de controle de transmissão e levá-lo à licitação pública. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de revinção tarifária. Essa parcela deve ser debitada ou creditada anualmente até a próxima revisão tarifária da Concessionária. A PARA RETRO é utilizada para corrigir eventuais diferenças entre as receitas provisionária e blindada desde o início da operação comercial a data da revisão tarifária de projetos de reforços.

Concessão	PAVU			Total Anual	PARA RETRO			Total Anual
	2 ciclos	3 ciclos	4 ciclos		1 ciclo	3 ciclos	4 ciclos	
TSN	-	-	-	-	-	(6.884)	-	(6.884)
ETEO	-	84	29	113	-	67	-	67
NVT	292	-	-	292	-	(34.532)	-	(34.532)
STE	-	-	-	-	-	(45)	-	(45)
NTE	-	-	-	-	-	(182)	-	(182)
ATE	-	-	-	-	-	110	-	110
ATE II	-	-	-	-	-	100	-	100
ATE III	190	-	105	295	-	(261)	-	(261)
BRAS ¹	-	-	-	-	-	(333)	-	(333)
MAR ¹	-	-	-	-	-	674	-	674
MIR ¹	-	-	-	-	317	-	-	317
SPT ¹	-	-	-	-	-	4.290	-	4.290
	292	274	134	700	317	(333)	(36.663)	(36.679)

¹Concessão de categoria III, apresentada com adição do PIS/COFINS.

7. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

7.1 Uso de estimativas e julgamentos: CPC 47/IFRS 15 - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de desempenho (implementar, operar e manter as infraestruturas de transmissão). A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção. O direito à contraprestação por bens e serviços depende do cumprimento das obrigações de desempenho, não apenas da passagem do tempo. Dessa forma, as contraprestações são inicialmente reconhecidas como ativo de contrato e, à medida que as obrigações são atendidas, são reclassificadas para conta a receber de clientes (realização). A parcela do ativo de contrato de concessão indeneável, quando aplicável, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro atribuída à obrigação de desempenho de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativas sobre investimentos e recebimentos. A margem de lucro da atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é calculada com base no preço individual de venda do serviço. Este cálculo considera as informações disponíveis sobre custos e receitas que a Companhia espera com a operação do serviço. Isso se aplica nos casos em que a Companhia tem o direito exclusivo de remuneração pela atividade de operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica. A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do regime. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão, exceto nas concessões que foram em operação em fase de operação, onde considerou-se a taxa de desconto utilizada na época da aquisição. Quando o Poder Concedente aceita ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantidade escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos de recebíveis revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem destinada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo prestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). **7.2 Composição dos saldos.**

Concessão	Mutação do ativo de contrato de concessão						31/12/2025
	31/12/2024	Adição (baixa)	Custos adicionais	Remuneração	Correção monetária	Realização	
TSN	805.803	48.434	-	71.167	2.594	(119.036)	808.962
MUN	62.541	3.732	-	6.125	(109)	(8.310)	63.979
GTE	27.917	16	-	2.842	40	(5.146)	25.669
PAT	118.984	(49)	-	8.786	248	(110.884)	118.884
ETEO	366.860	572	-	34.683	534	(81.947)	320.682
NVT	1.572.803	31.146	-	203.089	17.225	(322.689)	1.507.574
NTE	376.852	(138)	-	51.537	628	(76.023)	352.856
STE	133.927	5	-	30.588	406	(52.284)	292.642
ATE	608.624	67.192	-	53.079	363	(86.077)	643.181
ATE II	814.565	452	-	64.809	367	(102.653)	777.540
ATE III	450.491	48.856	-	29.044	15.734	(47.379)	496.746
SAN	806.662	-	-	74.499	34.420	(77.049)	838.532
SIT	1.091.874	291.764	(13.806)	96.393	41.469	(93.966)	1.413.728
MIR	725.580	1.517	-	66.131	30.911	(76.211)	747.928
Total Controladora	8.143.483	498.479	(13.806)	792.772	144.830	(1.165.855)	8.408.883
Circulante	1.053.265	-	-	-	-	-	1.053.265
Não circulante	7.090.218	-	-	-	-	-	7.355.618
MAR	274.711	-	-	15.827	11.297	(21.290)	280.545
SGT	75.021	-	-	3.929	3.139	(6.436	



10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

10.1 Usos de estimativas e julgamentos. São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. 10.2 Composição dos saldos. Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão compensados na apuração da carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os créditos fiscais referentes ao aproveitamento econômico do ágio de incorporação foram contabilizados de acordo a Resolução CVM nº 78/2022 e, conforme determinação da ANCEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas.

Consolidado	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
TAESA (Controladora)	514.178	(1.284.792)	(770.614)	514.178	(1.284.792)	(770.614)
JAN	42.540	(488.963)	(446.423)	42.540	(488.963)	(446.423)
BRAS	-	(7.726)	(7.726)	-	(7.726)	(7.726)
SCT	-	(2.330)	(2.330)	-	(2.330)	(2.330)
MAR	-	(8.714)	(8.714)	-	(8.714)	(8.714)
SPT	-	(100.256)	(100.256)	-	(100.256)	(100.256)
SIT	-	(21.291)	(21.291)	-	(21.291)	(21.291)
LNT	-	(4.641)	(4.641)	-	(4.641)	(4.641)
ANT	-	(63.751)	(63.751)	-	(63.751)	(63.751)
PTG	-	(9.394)	(9.394)	-	(9.394)	(9.394)
TNG	-	(40.021)	(40.021)	-	(40.021)	(40.021)
JUR	-	(64)	(64)	-	(64)	(64)
	556.718	(2.031.943)	(1.475.225)	556.718	(2.031.943)	(1.475.225)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Crédito fiscal incorporado - ágio¹	190.452	203.644	190.452	203.644
Diferenças temporárias²	173.785	199.418	161.379	186.850
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	192.481	182.773	162.347	135.854
Ativo não circulante	556.718	585.835	514.178	526.348
Diferenças temporárias²	(2.031.943)	(1.993.029)	(1.284.792)	(1.373.590)
Passivo não circulante	(2.031.943)	(1.993.029)	(1.284.792)	(1.373.590)
Saldo líquido	(1.475.225)	(1.407.194)	(770.614)	(847.242)

¹Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010. ²As diferenças temporárias contemplam os saldos das empresas optantes pelo lucro real e são compostas da seguinte forma:

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Consolidado				
Ratão de antecipação e parcela de ajuste	223.631	76.034	96.360	96.360
Provisão para participação nos lucros	36.849	12.529	17.497	17.497
Provisão para fornecedores	58.372	19.846	21.468	21.468
Provisão para parcela variável	8.474	2.881	6.659	6.659
Provisão para contingências	73.459	24.976	20.425	20.425
Perdas de crédito esperadas	49.397	16.795	13.851	13.851
Ajuste ao valor de mercado - dívida	-	-	4.065	-
Instrumentos Financeiros - derivativos	60.951	20.724	-	-
Variação cambial - regime de caixa	-	-	24.093	-
Total do ativo	173.785	199.418	199.418	199.418
Ajuste ao valor de mercado - dívida	(9.131)	(3.104)	-	-
Instrumentos Financeiros - derivativos	-	-	(38.920)	-
Custo de Transação	-	-	15.368	-
Hedge de fluxo de caixa	115.715	39.343	15.368	15.368
CPC 47/FRS 15 - Receita de contrato com cliente	(6.082.886)	(2.068.182)	(1.944.798)	(1.944.798)
Total do passivo	(2.031.943)	(1.993.029)	(1.993.029)	(1.993.029)
Controladora				
Ratão de antecipação e parcela de ajuste	214.441	72.910	93.423	93.423
Provisão para participação nos lucros	36.573	12.435	12.298	12.298
Provisão para fornecedores	44.564	15.152	15.408	15.408
Provisão para parcela variável	8.109	2.757	6.618	6.618
Provisão para contingências	65.993	22.438	18.618	18.618
Perdas de crédito esperadas	44.011	14.964	12.327	12.327
Ajuste ao valor de mercado - dívida	-	-	4.065	-
Instrumentos Financeiros - derivativos	60.951	20.723	-	-
Variação cambial - regime de caixa	-	-	24.093	-
Total do ativo	161.379	186.850	186.850	186.850
Ajuste ao valor de mercado - dívida	(9.131)	(3.104)	-	-
Instrumentos Financeiros - derivativos	-	-	(38.920)	-
Custo de Transação	-	-	(23.291)	-
Hedge de fluxo de caixa	115.715	39.343	15.368	15.368
CPC 47/FRS 15 - Receita de contrato com cliente	(3.885.385)	(1.321.031)	(1.326.747)	(1.326.747)
Total do passivo	(1.284.792)	(1.373.590)	(1.373.590)	(1.373.590)

A seguir a expectativa da Companhia para realização dos ativos diferidos:

	Crédito fiscal incorporado - ágio		Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		Total
	Controladora e Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
2026	22.193	77.895	70.441	17.567	3.663	117.655	96.297
2027	23.972	61.648	58.324	27.268	14.876	112.888	97.172
2028	25.929	34.242	32.614	37.572	9.723	92.257	92.257
2029 - 2031	83.675	191.052	97.054	97.054	180.729	180.729	180.729
2032 - 2034	25.836	-	13.040	13.040	38.876	38.876	38.876
2035 - 2037	7.702	-	-	-	7.702	7.702	7.702
2038 - 2040	1.145	-	-	-	1.145	1.145	1.145
Total	190.452	173.785	161.379	162.347	556.718	514.178	514.178

As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser temporariamente registradas e divulgadas. De acordo com o artigo 580 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/2018, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável.

11. TRIBUTOS INDIRETOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributos indiretos diferidos - passivo não circulante¹	929.580	791.788	437.986	422.557

¹Montante relacionado, basicamente, à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas da Companhia e suas controladas, na aplicação do CPC 47/FRS 15, que será amortizado até o término da concessão.

12. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos Diretos	Quantidade total de ações	Participação Direta	Consolidado		Controladora	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controladas						
SCT¹	10.457.000	100,00%	-	-	74.113	72.495
MAR¹	174.500.000	100,00%	-	-	252.049	252.540
JAN	225.145.100	100,00%	-	-	809.159	727.523
BRAS¹	191.052.000	100,00%	-	-	222.777	213.657
SIT	434.523.157	100,00%	-	-	662.815	646.753
SPT¹	537.235.007	100,00%	-	-	741.004	726.177
LNT	41.116.290	100,00%	-	-	107.178	105.905
ANT	1.589.001.000	100,00%	-	-	1.848.739	1.193.347
PTG¹	241.700.000	100,00%	-	-	299.293	224.758
TNG¹²	906.001.000	100,00%	-	-	1.144.700	365.317
JUR¹	5.749.291	100,00%	-	-	6.744	2.198
					6.178.571	4.530.670
Controladas em conjunto						
ETAU	34.895.364	75,62%	132.084	148.576	132.084	148.576
Amorés	395.400.000	50,00%	258.000	356.527	258.000	356.527
Paraguau	620.000.000	50,00%	387.609	586.305	387.609	586.305
Ivai	315.000.000	50,00%	618.968	600.776	618.968	600.776
			1.396.661	1.692.184	1.396.661	1.692.184
Coligadas diretas¹						
EATE	180.000.010	49,98%	567.924	713.387	567.924	713.387
EBTE	263.058.339	49,00%	162.498	179.482	162.498	179.482
ECTE	42.095.000	19,09%	50.988	59.068	50.988	59.068
ENTE	100.840.000	49,99%	461.561	476.309	461.561	476.309
ETEP	45.000.010	49,98%	135.511	137.202	135.511	137.202
ERTE	84.133.970	21,95%	42.644	47.152	42.644	47.152
EDTE	1.218.126	24,95%	78.066	66.104	78.066	66.104
Transudeste	30.000.000	49,00%	57.043	59.919	57.043	59.919
Transleste	49.569.000	49,00%	81.542	86.452	81.542	86.452
Transirapé	22.340.490	49,00%	81.546	74.589	81.546	74.589
			1.719.323	1.900.064	1.719.323	1.900.064
			3.115.984	3.592.248	3.115.984	3.592.248

¹As ações desta controlada, foram dadas em garantia da 8ª emissão de debêntures da Taesa. ²As ações desta controlada, foram dadas em garantia da 6ª emissão de debêntures da Taesa. ³Em 31 de dezembro de 2022, por meio de suas coligadas diretas, a Companhia possui participações indiretas nas seguintes coligadas: (i) STC - 39,99%; (ii) Lumtrans - 39,99%; (iii) ETSE - 19,09%; (iv) EBTE - 25,49%; (v) ERTE - 28,04%; (vi) ESTE - 49,98%; (vii) EDTE - 25,04%; e (viii) Transudeste, Transleste e Transirapé - 5%. ⁴Em 2025, o empreendimento entrou 100% em operação comercial, conforme NE 26. ⁵Em 2026, o empreendimento entrou parcialmente em operação comercial, conforme NE 27.

Mutação dos Investimentos

	31/12/2024	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Incorporação	31/12/2025
Controladas						
SCT	72.495	-	(4.413)	6.031	-	74.113
MAR	252.540	-	(14.893)	24.402	-	262.049
JAN	727.523	-	(110.586)	192.172	-	809.159
BRAS	213.657	-	(15.066)	24.206	-	222.777
SIT	646.753	-	(45.736)	61.798	-	662.815
SPT	726.177	-	(14.299)	29.156	-	741.004
LNT	105.905	-	(9.340)	10.613	-	107.178
ANT	1.193.347	605.000	(15.696)	66.088	1.848.739	2.992.898
PTG	224.758	68.000	(2.039)	8.570	-	299.293
TNG	365.317	635.000	(44.971)	189.354	1.144.700	1.373.590
JUR	2.198	5.000	-	(454)	-	6.744
	4.530.670	1.313.000	(277.035)	611.936	6.178.571	6.178.571
Controladas em conjunto						
ETAU	148.576	-	(37.519)	21.027	132.084	148.576
Amorés	356.527	-	(144.678)	46.151	258.000	356.527
Paraguau	586.305	-	(267.546)	68.850	387.609	586.305
Ivai	600.776	-	(65.000)	83.192	618.968	600.776
	1.692.184	-	(514.743)	219.220	1.396.661	1.692.184
Coligadas diretas						
EATE	713.387	-	(248.646)	103.183	567.924	713.387
EBTE	179.482	-	(32.471)	15.487	162.498	179.482
ECTE	59.068	-	(12.847)	4.867	50.988	59.068
ENTE	476.309	-	(71.836)	57.088	461.561	476.309
ETEP	137.202	-	(16.521)	14.830	135.511	137.202
ERTE	47.152	-	(7.894)	3.386	42.644	47.152
EDTE	66.104	-	(3.145)	15.107	78.066	66.104
Transudeste	59.919	-	(7.759)	4.883	57.043	59.919
Transleste	86.452	-	(13.822)	8.912	81.542	86.452
Transirapé	74.589	-	(13.670)	10.222	81.546	74.589
	1.900.064	-	(418.711)	237.870	1.719.323	1.900.064
	8.122.818	-	(1.210.489)	1.069.126	8.294.555	8.294.555

Mutação dos Investimentos

	31/12/2023	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Incorporação	31/12/2024
Controladas						
SCT						



TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - TAESA
CNPJ/MF 07.859.971/0001-30

Não existe inadimplência nos saldos em aberto que necessite a constituição de PCE.

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Ativo		Receita	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações com controladas em conjunto					
1	Serviços de O&M - Taesa x ETAU (RS)	24	21	325	252
2	Serviços de O&M - Taesa x ETAU (SC)	18	16	271	188
3	Serviços de O&M - Taesa x Paraguauçu	31	27	374	329
4	Serviços de O&M - Taesa x Almorés	61	27	385	325
5	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x Almorés	749	305	2.803	2.514
6	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x Paraguauçu	1.112	633	3.072	3.117
7	Reembolso de despesas Taesa x Etau	33	124	-	-
7	Reembolso de despesas Taesa x Almorés	16	126	-	-
7	Reembolso de despesas Taesa x Paraguauçu	-	1.057	-	-
Transações com coligadas					
8	CCI - Taesa x EDTE	9	8	103	98
Transações entre as controladas e empresas ligadas					
9	CCT - SGT X CEMIG	-	-	1.328	1.269
10	CPST - BRAS X CEMIG	-	-	2.076	2.023
10	CPST - SGT X CEMIG	-	-	6.096	5.745
10	CPST - MAR X CEMIG	-	-	1.304	1.259
10	CPST - MIR X CEMIG	-	-	-	1.622
10	CPST - JAN X CEMIG	-	371	15.451	14.499
10	CPST - SPT X CEMIG	-	-	3.741	3.708
10	CPST - SPT X CEMIG	-	-	2.775	3.466
10	CPST - LINT X CEMIG	-	-	596	605
10	CPST - PTG X CEMIG	-	-	727	-
Transações com controladora					
10	CPST - TAESA X CEMIG	287	-	117.013	91.157
		2.989	3.530	163.094	136.731

b) Passivos, custos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Empresa	Valor Original	Período de vigência	Atualização monetária anual
	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes				
Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	OCF x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada	Forluz	Investimento conforme opção do funcionário.	19/03/2012 - término indeterminado.	Não Aplicável.
2	OCF x Serviços prestados - CCI	TAESA (ETEO) x CTEEP	Valor total do contrato R\$2 valor mensal.	20/07/2001 até a extinção da concessão de uma das partes.	IGP-M
3	OCF x Serviços prestados - CCI	TAESA (ATE) x CTEEP	Valor total do contrato R\$10 valor mensal.	22/07/2004 até a extinção da concessão de uma das partes.	IGP-M
Transações entre as controladas de Taesa e empresas ligadas					
4	OCF x Serviços prestados - CCI	MAR x CEMIG GT	RS\$205 parcela única e RS\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes.	IPCA
6	OCF x Serviços prestados - CCI	ANT X CTEEP	RS\$ valor mensal a partir do início da operação	01/11/2022 até a extinção da concessão de uma das partes	IPCA
7	OCF x Serviços prestados - O&M	MAR x CEMIG GT	RS\$68 Valor mensal	03/03/2025 a 03/03/2030	IPCA
8	OCF x Serviços prestados - O&M	SGT x CEMIG GT	RS\$66 Valor mensal	10/07/2024 a 10/07/2029	IPCA
9	OCF x disponibilidades - Reembolso de despesas	ETAU e PARAGUAÇU	Não Aplicável.	Não Aplicável.	Não Aplicável.
10	OCF x Investimento - aquisição Transmissoras - Valor Adicional	CEMIG	Parcela única de R\$11.786	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmissoras nos processos judiciais.	Varição acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017 até o dia útil anterior ao pagamento.

R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Empresa	Valor Original	Período de vigência	Atualização monetária anual	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes						
							Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
							1	OCF x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada	Forluz	Investimento conforme opção do funcionário.	19/03/2012 - término indeterminado.	Não Aplicável.
2	OCF x Serviços prestados - CCI	TAESA (ETEO) x CTEEP	Valor total do contrato R\$2 valor mensal.	20/07/2001 até a extinção da concessão de uma das partes.	IGP-M	O Convênio de Adesão celebrado entre a Empresa na condição de patrocinadora do Plano TAESA foi aprovado por meio da Portaria nº 160, de 26 de março de 2012 e publicado no Diário Oficial da União em 27/03/2012 (Edição: 60 Sepção: 1 Página: 87)						
3	OCF x Serviços prestados - CCI	TAESA (ATE) x CTEEP	Valor total do contrato R\$10 valor mensal.	22/07/2004 até a extinção da concessão de uma das partes.	IGP-M	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal.						
Transações entre as controladas de Taesa e empresas ligadas												
4	OCF x Serviços prestados - CCI	MAR x CEMIG GT	RS\$205 parcela única e RS\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes.	IPCA	Podrá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, determinação legal, ou por mútuo acordo entre as partes.						
6	OCF x Serviços prestados - CCI	ANT X CTEEP	RS\$ valor mensal a partir do início da operação	01/11/2022 até a extinção da concessão de uma das partes	IPCA	Podrá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, determinação legal, ou por mútuo acordo entre as partes.						
7	OCF x Serviços prestados - O&M	MAR x CEMIG GT	RS\$68 Valor mensal	03/03/2025 a 03/03/2030	IPCA	O presente CONTRATO poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses: I. Por qualquer uma das PARTES, sem que a rescisão implique em multa contratual, pagamento por indenização ou qualquer outra penalidade, desde que a PARTE que optar pela rescisão notifique a outra, por escrito, com prazo de 180 dias de antecedência; II. Em decorrência do descumprimento das condições ora avençadas; e III. Na ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, assim conceituada no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que venha paralisar a execução do CONTRATO por mais de 30 dias.						
8	OCF x Serviços prestados - O&M	SGT x CEMIG GT	RS\$66 Valor mensal	10/07/2024 a 10/07/2029	IPCA	O presente CONTRATO poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses: I. por qualquer uma das PARTES, sem que a rescisão implique em multa contratual, pagamento por indenização ou qualquer outra penalidade, desde que a PARTE que optar pela rescisão notifique a outra, por escrito, com prazo de 180 dias de antecedência; II. em decorrência do descumprimento das condições ora avençadas; e III. na ocorrência de CASO FORTUITO ou de FORÇA MAIOR, assim conceituada no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que venha paralisar a execução do CONTRATO por mais de 30 dias.						
9	OCF x disponibilidades - Reembolso de despesas	ETAU e PARAGUAÇU	Não Aplicável.	Não Aplicável.	Não Aplicável.	Não Aplicável.						
10	OCF x Investimento - aquisição Transmissoras - Valor Adicional	CEMIG	Parcela única de R\$11.786	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmissoras nos processos judiciais.	Varição acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017 até o dia útil anterior ao pagamento.	Conforme instrumento da reestruturação societária, poderá ser devido a CEMIG o valor máximo de R\$11.786. Valor corrigido R\$24.301.						

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Passivo		Custo/Despesa	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	1.030	1.159
1	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	3.585	3.268
Transações entre as controladas e empresas ligadas					
4	CCI - SGT x CEMIG GT	5	5	65	62
5	CCI - MARIANA x CEMIG GT	21	20	249	238
7	O&M - MARIANA x CEMIG GT	-	-	819	799
8	O&M - SGT x CEMIG GT	60	57	819	781
9	Reembolso de despesas Taesa x Etau	7	-	-	-
9	Reembolso de despesas Taesa x Almorés	3	-	-	-
9	Reembolso de despesas Taesa x Paraguauçu	18	-	-	-
9	Reembolso de despesas Taesa x Paraguauçu	3	29	-	-
Transações entre Taesa e Acionistas					
10	Aquisição Transmissoras - Valor Adicional - TAESA x CEMIG	25.191	22.047	3.144	7.018
		25.395	22.158	9.711	13.326

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Passivo		Custo/Despesa	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	1.030	1.159
1	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	3.585	3.268
Transações entre as controladas e empresas ligadas					
4	CCI - SGT x CEMIG GT	5	5	65	62
5	CCI - MARIANA x CEMIG GT	21	20	249	238
7	O&M - MARIANA x CEMIG GT	-	-	819	799
8	O&M - SGT x CEMIG GT	60	57	819	781
9	Reembolso de despesas Taesa x Etau	7	-	-	-
9	Reembolso de despesas Taesa x Almorés	3	-	-	-
9	Reembolso de despesas Taesa x Paraguauçu	18	-	-	-
9	Reembolso de despesas Taesa x Paraguauçu	3	29	-	-
Transações entre Taesa e Acionistas					
10	Aquisição Transmissoras - Valor Adicional - TAESA x CEMIG	25.191	22.047	3.144	7.018
		25.395	22.158	9.711	13.326

R E F	Dividendos e JCPs sobre capital próprio (UCP) a pagar e a receber	Consolidado				
		31/12/2024		31/12/2025		
		Adição ¹	Recebimento	Adição ¹	Recebimento	
Controladas em conjunto e coligadas						
AMORÉS	18.711	144.678	(163.389)	-	-	
PARAGUAÇU	30.634	267.546	(298.180)	-	-	
ETAU	-	37.519	(37.519)	-	-	
IVAI	24.385	64.475	(29.945)	-	58.915	
EATE	11.235	248.646	(259.881)	-	-	
EBTE	4.287	32.471	(36.758)	-	-	
EDTE	2.706	12.947	(14.147)	-	1.506	
ETEP	2.697	3.145	(2.872)	-	2.970	
ENTE	1.842	71.836	(71.836)	-	1.770	
ERTE	3.550	13.822	(14.676)	-	2.696	
TRANSLÉSIE	4.204	3.670	(4.204)	-	3.670	
TRANSTRAPÉ	2.117	7.759	(8.285)	-	1.591	
Consolidado	106.368	932.929	(966.179)	-	73.118	
Controladas						
BRAS	8.394	15.086	(23.480)	-	-	
SGT	-	4.413	(4.413)	-	-	
MAR	2.408	14.893	(17.301)	-	-	
JAN	-	110.536	(110.536)	-	-	
SIT	-	45.736	(45.736)	-	-	
SPT	16.852	14.329	(31.191)	-	-	
LINT	1.804	9.340	(11.144)	-	-	
ANT	-	15.696	-	-	15.696	
PTG	-	2.035	-	-	2.035	
TNG	-	44.971	-	-	44.971	
Controladora	135.836	1.209.964	(1.209.980)	-	135.820	
Dividendos e JCP a receber						
		31/12/2023	Adição ¹ (Reversão) ²	Recebimento	Incorporação	31/12/2024
Controladas em conjunto e coligadas						
AMORÉS	9.642	50.513	(41.444)	-	-	18.711
PARAGUAÇU	14.397	64.550	(48.313)	-	-	30.634
ETAU	-	43.357	(43.357)	-	-	-
IVAI	23.201	24.386	(23.201)	-	-	24.385
EATE	18.501	200.235	(207.501)	-	-	11.235
EBTE	4.012	22.326	(22.051)	-	-	4.287
EDTE	1.930	28.842	(28.066)	-	-	2.706
ETEP	2.437	25.242	(27.679)	-	-	-
ENTE	3.242	3.447	(3.992)	-	-	2.697
ERTE	-	46.914	(46.914)	-	-	-
ENTE	-	7.219	(5.377)	-	-	1.842
TRANSLÉSIE	2.227	16.296	(13.973)	-	-	3.550
TRANSTRAPÉ	823	8.928	(5.547)	-	-	4.204
TRANSDESTE	1.398	10.369	(9.550)	-	-	2.117
Consolidado	81.810	557.623	(527.065)	-	-	106.368
Controladas						
BRAS	14.015	18.328	(23.949)	-	-	8.394
SGT	1.536	4.573	(6.109)	-	-	-
MAR	2.693	12.849	(13.134)	-	-	2.408
MIR	15.441	-	-	-	(15.441)	-
JAN	31.574	131.842	(163.416)	-	-	-
SIT	9.629	37.113	(46.742)	-	-	-
SPT	13.119	3.743	-	-	-	16.852
LINT	3.540	(1.736)	-	-	-	1.804
ANT	26.949	(2.349)	-	-	-	-
PTG	1.322	(1.322)	-	-	-	-
TNG	5.830	(5.830)	-	-	-	-
Controladora	207.358	724.334	(740.151)	-	(15.441)	135.836

R E F	Dividendos e JCP a pagar	31/12/2024				31/12/2025				
		Dividendos		Total		Dividendos		Total		
		JCP	Total	JCP	Total	JCP	Total	JCP	Total	
Consolidado e Controladora										
ISA	58.654	17.426	76.080	46.268	82.265	(70.453)	(81.417)	34.469	18.274	52.743
Cemig	85.445	25.384	110.829	67.401	119.842	(102.634)	(118.606)	50.212	26.620	76.832
Não Controladas	250.169	74.887	325.056	197.287	350.782	(300.307)	(347.075)	147.149	78.593	225.742
		394.268	117.697	511.965	310.956	552.889	(473.394)	231.830	123.487	355.317
Dividendos e JCP a pagar										
		31/12/2023	Adição ¹ (Reversão) ²	Recebimento	Incorporação	31/12/2024				
Controladas em conjunto e coligadas										
AMORÉS	9.642	50.513	(41.444)	-	-	18.711				
PARAGUAÇU	14.397	64.550	(48.313)	-	-	30.634				
ETAU	-	43.357	(43.357)	-	-	-				
IVAI	23.201	24.386	(23.201)	-	-	24.385				
EATE	18.501	200.235	(207.501)	-	-	11.235				
EBTE	4.012	22.326	(22.051)	-	-	4.287				
EDTE	1.930	28.842	(28.066)	-	-	2.706				



TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - TAESA
CNPJ/MF 07.859.971/0001-30

Emprestimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	251.547	209.585	1.322.963	6.926.494	15.233.293	23.943.882
Instrumentos financeiros derivativos	(2.345)	-	429.840	-	-	427.495
Controladora	249.202	209.585	1.752.803	6.926.494	15.233.293	24.371.377
Pós-fixada	17.134	1.576	101.612	677.707	1.848.752	2.646.781
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(253)	(1.074)	-	(1.327)
Consolidado	266.336	211.181	1.854.152	7.603.127	17.082.045	27.016.821

19.3 Gestão dos riscos operacionais: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de falhas externas, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais são: a) riscos operacionais e suas controladas estão expostas, são: Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e CVM. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes. Riscos de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos. Risco de interrupção de serviço - A Companhia e suas controladas estão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes. Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia e de suas controladas ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia ou de suas controladas poderia sofrer um impacto adverso. Dado que a Companhia e suas controladas dependem de terceiros para o fornecimento de equipamentos utilizados em suas instalações, estando, portanto, sujeitas a eventuais aumentos de preços, atrasos na entrega ou falhas por parte desses fornecedores, o que pode impactar negativamente suas atividades e resultados. Em razão das especificações técnicas exigidas para determinados equipamentos, o mercado forença pode apresentar concorrência ou limitação de players qualificados, especialmente para itens de maior complexidade. Em alguns casos, essa limitação pode reduzir as alternativas imediatas de fornecimento. Diante desse cenário, a Companhia atua de forma contínua e estratégica na ampliação e diversificação de seu portfólio de fornecimento, incluindo a busca ativa e avaliação técnica de fornecedores nacionais e estrangeiros, com o objetivo de mitigar riscos de concentração e dependência. Essa prospecção considera critérios rigorosos de qualidade, preço, prazo, capacidade produtiva e conformidade técnica, bem como processos de qualificação e homologação. Caso algum fornecedor venha a descontinuar a produção ou interromper a comercialização de equipamentos estratégicos, poderá haver impacto na continuidade das operações, exigindo a aceleração do processo de qualificação de novos fornecedores ou o desenvolvimento de soluções alternativas. Esse movimento pode demandar investimentos adicionais e prazos de adaptação com potenciais reflexos na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia. Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso. Risco de contágio - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, o que, se acompanhado pelos seus assessores jurídicos, A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de fato final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e busca eficiência de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções; (ii) exigências para a autorização independente de operações; (iii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iv) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (v) documentação de controles e procedimentos; (vi) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vii) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (viii) desenvolvimento de planos de contingências; (ix) treinamento e desenvolvimento profissional; (x) padrões éticos e comerciais; e (xi) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

20. LUCRO POR AÇÃO
20.1 Políticas contábeis: Os lucros por ação, básico e diluído, são calculados por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável. **20.2 Composição dos saldos:**

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	1.579.863	1.693.915
Lucro líquido do exercício proporcional às ações ordinárias (1)	903.000	968.188
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2)	590.714	590.714
Lucro líquido do exercício proporcional às ações preferenciais (3)	676.863	725.727
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4)	442.783	442.783
Resultado por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2)	1,52866	1,63901
Resultado por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4)	1,52866	1,63901

1) Quantidade em lotes de 1.000 ações. 2) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

21. RECEITAS OPERACIONAIS

21.1 Políticas contábeis: Reconhecimento da receita - Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47/RRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48/RRS 9 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de implementação de infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem. A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o reconhecimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquela mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e melhorias. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa e variam entre 4,71% e 14,50% ao ano. c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão - Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologia definidas em cada contrato de concessão. d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. **21.2 Composição dos saldos:**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração do ativo de contrato de concessão	1.178.753	1.144.631	792.772	757.636
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	399.502	540.872	144.830	318.064
Operação e manutenção	1.110.834	1.071.732	1.054.394	1.012.638
Implementação de infraestrutura	2.299.138	1.309.691	499.479	391.702
Parcela variável 1	(14.863)	(46.816)	(13.046)	(27.514)
Outras receitas	62.173	33.619	51.438	22.657
Receita operacional bruta	5.035.537	4.053.729	2.529.867	2.475.183
PIS e COFINS corretas	(163.493)	(152.994)	(127.817)	(117.758)
PIS e COFINS diferidos	(137.792)	(76.699)	(15.431)	(32.100)
ISS e ICMS	(975)	(422)	(883)	(422)
Encargos setoriais 2	(103.164)	(106.076)	(101.077)	(98.235)
Deduções da receita	(411.424)	(335.591)	(245.208)	(248.515)
Receita operacional líquida	4.624.113	3.178.138	2.284.659	2.226.688

1) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em Não provisionada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertencem à linha de transmissão. 2) Encargos setoriais definidos pela ANEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&O, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Margens médias das obrigações de performance	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Implementação de infraestrutura				
- Receita	2.299.138	1.309.691	499.479	391.702
- Custos	(1.807.385)	(1.002.375)	(395.580)	(320.885)
Margem (R\$)	491.753	307.316	103.899	70.817
Margem percebida (%)	21,39%	23,46%	20,80%	18,08%
Operação e Manutenção - O&M				
- Receita	1.110.834	1.071.732	1.054.394	1.012.638
- Custos	(270.438)	(243.456)	(215.120)	(195.939)
Margem (R\$)	840.396	828.276	839.274	816.699
Margem percebida (%)	75,65%	77,28%	78,60%	80,65%

1) As variações referem-se, basicamente, às margens apuradas para as concessões Ananás, Tangará e Saira parte Revitalizadora, e para os reforços das concessões ATE III e São Pedro, nos períodos comparados. 2) A variação refere-se, principalmente, à redução dos investimentos em O&M principalmente nas concessões Novatras e Saira parte Conversora.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	5.035.537	4.053.729	2.529.867	2.475.183
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(545.965)	(749.196)	(429.109)	(617.276)
Receita operacional bruta tributável	4.489.572	3.304.533	2.100.758	1.857.907

22. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
- Remuneração direta	(132.990)	(126.159)	(97.637)	(95.236)
- Benefícios	(74.701)	(85.622)	(68.443)	(78.666)
- FGTS e INSS	(48.830)	(50.018)	(44.597)	(46.571)
Pessoal	(256.521)	(261.799)	(210.677)	(220.473)
- Custo de infraestrutura	(1.807.385)	(1.002.375)	(395.580)	(320.885)
- O&M	(64.384)	(44.385)	(44.274)	(36.536)
- Outros	(8.300)	(7.415)	(6.787)	(5.787)
Materiais	(1.880.069)	(1.054.175)	(446.641)	(363.208)
- Serviços de terceiros	(111.892)	(104.270)	(92.679)	(81.453)
- Depreciação e amortização	(63.258)	(24.720)	(63.161)	(24.621)
- Provisão para custos adicionais	(21.936)	(4.233)	(21.936)	(4.233)
- P&C	(14.047)	(43.887)	(11.746)	(36.256)
- Outros	2.803	(25.826)	(13.624)	(12.994)
Despesas com custos operacionais	(33.180)	(73.946)	(47.306)	(53.483)
Total custos e despesas	(2.345.020)	(1.518.810)	(860.464)	(743.238)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir: Custos com materiais: gastos relacionados à construção, operação e manutenção das linhas e subestações de transmissão. Custos e despesas com serviços de terceiros: Gastos com vigilância e limpeza, limpeza de taxa de serviço, manutenção de propriedade, comunicação de computadores, viagens, compartilhamento de O&M, compartilhamento de instalações, água, eletricidade e gás, serviços advocatícios, consultoria técnica, telefones, auditoria, transportes e serviços gráficos. Outras receitas, custos e despesas operacionais: Gastos com provisões para custos adicionais, indenizações, impostos, contribuições e taxas, seguros, alugueis, condomínio e transporte.

23. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

23.1 Políticas contábeis: As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras e correção monetária sobre os depósitos judiciais. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros e variações monetárias líquidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, variações cambiais líquidas dos passivos em moeda estrangeira, resultado líquido dos instrumentos de "hedge", correção monetária sobre as provisões para riscos judiciais e variação monetária líquida sobre ativos e passivos regulatórios. **23.2 Composição dos saldos:**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos de aplicações financeiras	120.123	91.251	85.649	65.649
Atualização monetária sobre Depósitos judiciais	10.190	9.936	9.566	3.857
Outras Receitas	3.939	1.923	1.265	1.377
Receitas financeiras	134.252	103.110	96.480	70.703
Empréstimos e financiamentos				
- Juros incorridos	(19.236)	(30.140)	(15.678)	(26.477)
- Variação cambial	59.486	(94.570)	59.486	(94.570)
- Ajuste ao valor justo	(1.861)	9.667	(1.861)	9.667
38.389	(115.043)	41.947	(111.380)	
Debêntures				
- Juros incorridos	(896.217)	(747.828)	(839.029)	(692.083)
- Variações monetárias	(259.463)	(294.049)	(211.450)	(241.922)
- Ajuste ao valor justo	6.280	-	6.280	-
(1.149.400)	(1.041.877)	(1.044.199)	(934.005)	
Instrumentos financeiros derivativos				
- Juros incorridos	6.427	10.998	6.427	10.998
- Variação cambial	(63.359)	107.610	(60.057)	103.090
- Ajuste ao valor justo	(4.419)	(9.667)	(4.419)	(9.667)
(61.351)	108.941	(58.049)	104.421	
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(1.172.362)	(1.047.979)	(1.060.301)	(940.964)
Arrendamento Mercantil	(101)	(202)	(101)	(197)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	802	(55.778)	6.524	(44.927)
Despesas financeiras	(1.171.661)	(1.103.958)	(1.053.878)	(986.088)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.037.409)	(1.000.848)	(957.398)	(915.385)

Despesas financeiras atreladas às dívidas e instrumentos financeiros - por tipo	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Juros incorridos	(909.026)	(766.970)	(848.280)	(707.562)
Variação monetária	(259.463)	(294.049)	(211.450)	(241.922)
Variação cambial	(3.873)	13.400	(571)	8.520
(1.172.362)	(1.047.979)	(1.060.301)	(940.964)	

24. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

24.1 Políticas contábeis: O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou tens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido e são calculados com base no lucro real, a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, a considerar a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. Os impostos correntes e os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou esperadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais e são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. **24.1.2 Subvenção e assistência governamentais:** Visam compensar as despesas incorridas e são reconhecidas no resultado em uma base sistemática, no mesmo período em que as despesas relacionadas são incorridas. O reconhecimento contábil dessa redução na tensão tributária como subvenção para investimento é efetuado registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido, quando realizada a destinação do resultado do exercício. **24.2 Composição dos saldos:**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL correntes	(27.005)	(34.837)	(8.713)	(14.471)
IRPJ e CSLL diferidos	(119.011)	(168.599)	43.940	(86.562)
Conciliação da taxa efetiva do IRPJ e CSLL - Lucro Real				
Lucro antes dos impostos	1.698.874	1.862.514	1.535.923	1.780.477
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(577.617)	(633.255)	(522.214)	(605.362)
Equivalência patrimonial	155.445	225.806	363.503	412.227
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	42.949	21.399	11.347	10.310
Incentivo fiscal - IRPJ - Patrocinios Audiovisuais	26	26	-	-
JCP pagar	187.982	136.295	187.982	136.295
IRPJ recebido	-	(26.538)	(16.748)	(41.425)
Ajuste de diferido por mudança de regime tributário - SPT	(73.407)	-	-	-
Empresas consolidadas - Lucro Presumido	124.078	107.845	-	-
Ajustes Extemporâneo - Baixa de diferido referente a custo de debêntures	11.691	-	11.691	-
Ajustes Extemporâneo - Baixa de diferido referente - Crédito fiscal incorporado - ágio	6.720	-	6.720	-
Outros	3.122	(1.177)	1.659	1.393
Despesa de IRPJ e CSLL	(119.011)	(168.599)	43.940	(86.562)
Alíquota efetiva	7%	8%	-3%	5%

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE: A Companhia e sua controlada JAN possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e/ou pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam a redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Controladora	Concessão	Órgão Autorizativo</
--------------	-----------	----------------------



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. Rio de Janeiro - RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Concessão do serviço público - ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia atua como prestadora de serviços de transmissão de energia elétrica, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia, em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeta ao longo do tempo, requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeta ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção, bem como das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos, em base amostral, relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato; (v) recálculo, em base amostral, dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura; (vi) recálculo, em base amostral, das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia; (vii) análise retrospectiva dos gastos incorridos em cada projeto em relação aos montantes inicialmente orçados, com a correspondente análise e discussão sobre a natureza das variações e discrepâncias, e obtenção de evidências de tais variações; e (viii) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. No decorrer da nossa auditoria, identificamos em conjunto com a Diretoria, ajustes relacionados à captura tempestiva de obrigações com contrapartida ao ativo de contrato, os quais não foram efetuados pela Diretoria por serem considerados materiais nas demonstrações financeiras. Consequentemente, identificamos a correspondente deficiência de controles internos, que nos levaram a alterar a natureza e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento dos ativos contratuais e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/0-8 "F" RJ

Marcelo Salvador

Contador

CRC nº MG 089422/0-0



www.taesa.com.br

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 26/03/2026

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link:

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/26/TAESA1588387426032026.pdf>

Hash: 17744770811adcd51e9c894817a5f51442870a0bd4